

Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
DOMÍNIO A: INDEPENDÊNCIA E MARCO LEGAL																			
QATC 1	COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TCS					3						4		3	3	QATC 1 /2015		3	
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
1.1	Quanto aos Ministros e Conselheiros O Tribunal de Contas tem a seguinte composição:					3						4		3	3	1.1 /2015		3	
1.1.1	No TCU, seis Ministros e, nos demais TCs, quatro Conselheiros, todos escolhidos pelo Poder Legislativo	Ato de nomeação e/ou documento que comprove também a origem da vaga nos termos da Jurisprudência do STF contida no MMMD-TC	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAF	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e Análise apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da vistoria técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
1.1.2	No TCU, um Ministro e, nos demais TCs, um Conselheiro, todos escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo dentre os Ministros Substitutos ou Conselheiros Substitutos, respectivamente	Ato de nomeação e/ou documento que comprove também a origem da vaga nos termos da Jurisprudência do STF contida no MMMD-TC		GAF	Não		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim	O responsável diverge da comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Não	Não		Não		Não	
1.1.3	No TCU, um Ministro e, nos demais TCs, um Conselheiro, todos escolhidos pelo Chefe do Poder Executivo dentre os Procuradores de Contas	Ato de nomeação e/ou documento que comprove também a origem da vaga nos termos da Jurisprudência do STF contida no MMMD-TC		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim	Sim		Sim		Sim	
1.1.4	No TCU, dois Ministros e, nos demais TCs, um Conselheiro, todos de livre escolha do Chefe do Poder Executivo.	Ato de nomeação e/ou documento que comprove também a origem da vaga nos termos da Jurisprudência do STF contida no MMMD-TC		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim	Sim		Sim		Sim	
1.2	Quanto aos Ministros e Conselheiros Substitutos						3						4		2	1	1.2/2015		2
1.2.1	Os Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos são selecionados mediante concurso público	Documentação relativa ao concurso público específico para este cargo ou função, nos termos da Jurisprudência do STF contida no MMMD-TC	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
1.2.2	Aos Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos são distribuídos processos para relatoria própria	Ato normativo prevendo a distribuição, bem como um processo de relatoria do substituto.		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
1.2.3	Os processos são distribuídos aos Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos sem qualquer distinção quanto à natureza	Ato normativo e mecanismos que comprovem a distribuição de processos sem restrição.		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Não	Aos Conselheiros Substitutos		Não		Não	
1.2.4	Os Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos têm assento permanente no Pleno.	Ato normativo prevendo que o substituto integra o Pleno.		GAF	Não		Vide comentário no Item 1.1.1	Conforme Regimento Interno, Lei Orgânica e Lei 263 não há menção de que o Conselheiro Substituto tem assento permanente no Pleno. Há apenas menção de que ele atua como substituto do Conselheiro nos casos de ausência, ausência e impedimentos.	Sim	O responsável diverge da comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Não	Não		Não		Não	
1.2.5	Os Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos têm assento permanente nas Câmaras	Ato normativo prevendo que o substituto integra as Câmaras		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
1.2.6	Existe estrutura de Gabinete para os Ministros Substitutos e Conselheiros Substitutos	Espaco próprio e comprovação da lotação de pessoal no gabinete do substituto		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
1.3	Quanto ao Ministério Público de Contas						4						4		4	4	1.3/2015		4
1.3.1	Existe Ministério Público de Contas previsto formalmente em lei	Legislação que institui o Ministério Público de Contas	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
1.3.2	Existe estrutura de Gabinete para os Procuradores do Ministério Público de Contas	Espaco próprio e comprovação da lotação de pessoal no gabinete do Ministério Público		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
1.3.3	O Ministério Público de Contas tem independência funcional	Legislação prevendo a independência funcional e entrevista com membro do Ministério Público		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
1.3.4	A escolha do Procurador Geral de Contas se dá a partir de uma lista elaborada pelos membros do Ministério Público de Contas	Lista elaborada pelo Ministério Público de Contas e ato de nomeação		GAF	Sim		Vide comentário no Item 1.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
DOMÍNIO B: ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL																			
QATC- 2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO					3						4		3	3	QATC2/2015		3	
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
2.1	Estrutura da unidade de planejamento estratégico O Tribunal:					4						4		4	4	2.1/2015		4	
2.1.1	Possui unidade de planejamento formalmente instituída.	Ato normativo instituindo unidade responsável pelo planejamento estratégico	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGP	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e Análise apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da vistoria técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.1.2	Define as atribuições da unidade de planejamento em instrumento normativo.			SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.1.3	Dota a unidade de planejamento de estrutura física própria			SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.1.4	Dota a unidade de planejamento de estrutura de pessoal	Comprovação da lotação de pessoal na unidade		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.2	Continuidade do planejamento estratégico						3						3		3	3	2.2/2015		3
2.2.1	O planejamento estratégico atual se baseia em avaliação das necessidades que abrange os principais aspectos da Instituição e a identificação de lacunas ou áreas que necessitam melhorar o seu desempenho	Planejamento estratégico vigente e diagnóstico que lhe serviu de base	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido.	SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.2.2	O planejamento estratégico contém um marco lógico ou uma estrutura semelhante com uma hierarquização lógica dos propósitos (por exemplo, missão-visão metas-objetivos, ou impacto-resultado-produto-atividades-insumos).	Planejamento estratégico vigente		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.2.3	O planejamento estratégico contém um número razoável de indicadores que mensuram a agilidade do controle exercido pelo Tribunal, as capacidades internas e seu ambiente operacional.	Planejamento estratégico vigente		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.2.4	O planejamento estratégico contempla as expectativas da sociedade, dos jurisdicionados e dos servidores.	Planejamento estratégico e documentos que lhe serviram de base, como, por exemplo, sondagem, pesquisa de opinião, pesquisa de clima, questionário, diálogo público		SGP	Não			Não contempla as expectativas dos jurisdicionados nem da sociedade, nem mesmo as dos servidores (pesquisa através do Survey Monkey).Para o movimento plano ao cidadão, é necessário, quando da elaboração do Plano Estratégico adotar a sistemática de seis níveis, a saber: visão da sociedade organizada (ex.: imprensa, OAB, Ministério Público e outros), fim do poder, objetivos para incorporação no Plano Estratégico. A meta escolhida temos os servidores do TCE-RJ apesar de necessitar ser antes o atendimento ao cidadão, não a sociedade. Dessa forma, só será possível atender plenamente ao requisito, quando da construção do próximo Plano Estratégico do TCE-RJ (origem de 2020 a 2023).	Não		Não		Não		Não		Não		
2.3	Processo de planejamento estratégico						4						4		4	4	2.3/2015		4
2.3.1	Comprometimento dos níveis mais elevados da instituição: dos gestores e do Presidente do Tribunal.	Documentos que comprovem a participação da alta administração no processo de elaboração/validade do planejamento estratégico	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos.	SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.2	Participação: oportunidade de todos na instituição contribuírem para o planejamento estratégico de alguma maneira.	Consulta, pesquisa, sondagem ou qualquer medida que faculte/identifique a contribuição dos servidores no processo de planejamento estratégico		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.3	Existência de processo para o monitoramento anual da implementação do plano estratégico.	Documentos de monitoramento anual do planejamento estratégico		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.4	Disponibilização do planejamento estratégico ao público externo.			SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.5	Clareza na definição de responsabilidades, ações e cronograma para a formulação do plano estratégico.	Documentação da elaboração do planejamento estratégico		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.6	Continuidade: Não houve interrupção entre o planejamento estratégico vigente e o anterior.	Inexistência de lapso temporal na vigência do planejamento estratégico atual em relação ao anterior.		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.7	Avaliação cíclica de modo a contribuir para o processo de planejamento seguinte.	Documento de avaliação do cumprimento do planejamento estratégico utilizado como base para elaboração do novo ciclo de planejamento estratégico.		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.3.8	Planejamento estratégico de médio (mínimo quatro anos) ou longo prazo.			SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
2.4	Processo de planejamento anual						3						4		3	0	2.4/2015		3
2.4.1	Comprometimento dos níveis mais elevados da instituição: dos gestores e do Presidente do Tribunal.	Participação da alta administração no processo de elaboração do plano anual		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Não	As evidências não demonstram.		Não		Não	
2.4.2	Comunicação: o plano é devidamente comunicado a todos dentro do Tribunal.	Comprovação da divulgação por diversos meios: intranet, comunicações internas, reuniões etc.		SGP	Não		Vide comentário no Item 2.1.1	Plano de Ação 2017, processo 305.062, 015, enviado ao Gabinete do Presidente, para aprovação e divulgação.	Sim	O responsável diverge da comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Sim		Não		Sim		
2.4.3	A existência de processo para o monitoramento da implementação do plano anual.	Comprovação de ações de monitoramento do plano anual		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
2.4.4	Planejamento do plano: existe uma definição clara das responsabilidades, ações e cronograma para a formulação do plano anual.	Documentação da elaboração do plano anual		SGP	Sim		Vide comentário no Item 2.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO																			
QATC- 3	CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS E SERVIDORES					0						0		0	0	QATC 3/2015		0	
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
3.1	Código de ética para membros O Tribunal:					0						0		0	0	NA	3.1/2015	0	
3.1.1	Possui Código de Ética para os membros, estabelecendo normas, políticas, práticas éticas e critérios que tratam da integridade, independência, imparcialidade, urbanidade, confiabilidade e competência dos membros	Código de ética aprovado pelo Pleno no documento que comprove a adoção de outro código de ética, como, por exemplo, o da ATBICON ou da Magistratura	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAF / SGA	Não			Nenhuma ação concreta foi implementada até o momento. Porém, não se necessita reaver que o desenvolvimento e implementação dos Códigos de Ética adotados ao TCE-RJ, são ações previstas no Programa Estratégico 02.02 do Plano Estratégico para o quadriênio 2015-2019.	Não		Não		Não			Não		Não	
3.1.2	Preziga que todos os membros estejam familiarizados com os valores e princípios constantes do Código de Ética	Comprovação da divulgação do código de ética para os membros		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.1.1	Não		Não		Não			NA		Não	
3.1.3	Divulga ao público em geral o Código de Ética	Comprovação da divulgação do código de ética para os membros		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.1.1	Não		Não		Não			NA		Não	
3.1.4	Adota medidas corretivas em caso de violação do Código	O código de ética deve prever medidas corretivas e, se for o caso, comprovação da sua adoção pelo Tribunal		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.1.1	Não		Não		Não			NA		Não	
3.2	Código de Ética para os servidores O Tribunal:						0						0		0	0	3.2/2015		0
3.2.1	Possui Código de Ética para os servidores, estabelecendo normas, políticas e práticas éticas, com critérios que tratam da integridade, independência, imparcialidade, urbanidade, confiabilidade e competência dos servidores	Código de ética aprovado pelo Pleno no documento que comprove a adoção de outro código de ética para os servidores	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAF / SGA	Não			Revista de narrativa em desenvolvimento, submetida à iniciativa de construção de comissão para elaborar, homologar, divulgar e monitorar o código de ética dos servidores até ao 2021? (Processo 307.020 2017), tendo em vista que o desenvolvimento e implementação dos Códigos de Ética adotados ao TCE-RJ, são ações previstas no Programa Estratégico 02.02 do Plano Estratégico para o quadriênio 2015-2019.	Não		Não		Não			Não		Não	
3.2.2	Preziga que todos os servidores estejam familiarizados com os valores e princípios constantes do Código de Ética	Comprovação da divulgação do código de ética para os servidores		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.2.1	Não		Não		Não			Não		Não	
3.2.3	Divulga ao público em geral o Código de Ética	Comprovação da divulgação do código de ética para o público em geral		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.2.1	Não		Não		Não			Não		Não	
3.2.4	Adota medidas corretivas em caso de violação do Código	O código de ética deve prever medidas corretivas e, se for o caso, comprovação da sua adoção pelo Tribunal		GAF / SGA	Não			Prejudicado, à vista das justificativas apresentadas no Item 3.2.1	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC- 4	SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA					1						0							

Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidencição	Crterios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pos Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pos controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pos Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
4.1.3	Possui normativo regulamentando a uniformização de jurisprudência e a proposição, aprovação, revisão, cancelamento e restabelecimento de enunciados de Súmula	Ata normativa	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAJ/ EGO	Sim		Vide comentário no Item 4.1.2		Sim		Não		Não			Não		Não	
4.1.4	Elabora e divulga ementas de todas as decisões colegiadas do Tribunal	Voto ou acórdão publicado na internet contendo a ementa		GAJ/ EGO	Sim		Vide comentário no Item 4.1.2		Sim		Não		Não			Não		Não	
4.1.5	Dispõe de sistema informatizado que proporcione a pesquisa de jurisprudência por meio de busca textual em toda base de dados, contemplando pesquisa livre e pesquisa direcionada	Pesquisa direcionada que permita a busca por parâmetros, como, por exemplo, relator, tipo de processo, tipo de decisão, partes do processo, Jurisdicionado, tema, período; pesquisa livre realizada de forma geral		GAJ/ EGO	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.1.6	Adota tesouro ou vocabulário controlado conforme o Tesouro de Contas Nacional	Ata normativa prevendo a adoção do Tesouro de Contas Nacional ou de outra ferramenta de controle de termos linguísticos da área de controle externo, bem como jurisprudência elaborada com base nesses termos		GAJ/ EGO	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Incluído em 2017		Não	
4.2	Símulas O Tribunal					0						0			0	0	4.2/2015		0
4.2.1	Elita súmula a respeito de decisões reiteradas em determinados assuntos			GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.2.2	Aplica as súmulas nos seus julgamentos	Decisão preferida em processo, citando, expressamente, a súmula utilizada no caso concreto	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.2.3	Disponibiliza as súmulas no sítio do Tribunal na internet e na Intranet			GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.2.4	Divulga os processos cujos julgamentos resultaram na edição das súmulas	Símula divulgada, com indicação e disponibilização dos processos que serviram de base para sua elaboração		GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.3	Jurisprudência O Tribunal					1						1		1	2	4.3/2015		1	
4.3.1	Possui a sua jurisprudência devidamente sistematizada	Registro (processo, sistema etc) da sistematização da jurisprudência	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias à Presidência, o projeto de sistematização da Deliberação TCE nº 18/09 em que constam as sugestões de práticas, a serem adotadas no cotidiano, sob vistas ao melhor acompanhamento da jurisprudência do TCE-RJ.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.3.2	Utiliza a sua jurisprudência nos julgamentos	Decisão preferida em processo, citando, expressamente, a jurisprudência utilizada no caso concreto		GAJ	Sim		Vide comentário no Item 4.1.2		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
4.3.3	Disponibiliza a jurisprudência no sítio do Tribunal na internet e na Intranet			GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.3.4	Possui sistema informatizado que permita o tratamento das decisões colegiadas do Tribunal, por meio de coleta, análise, elaboração de resumos jurisprudenciais, indexação e divulgação na web, para consulta pelos interessados.	Sistema		GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.3.5	Assegura que as ementas e/ou outros resumos jurisprudenciais tenham hiperlinks permitindo o acesso ao íntegro teor da decisão (íntegro, voto e parte dispositiva)	Na divulgação das ementas o Tribunal deve indicar e disponibilizar o íntegro teor da decisão		GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Não		Não	
4.3.6	Divulga periodicamente por meio de publicações, boletins e informativos periódicos de jurisprudência			GAJ	Não			Em 04/05/2017 foi criado Grupo de Estudos (do Executivo nº 20.922) para, dentre outras atribuições, submeter relatório à Presidência com vistas à implantação das súmulas, assim como a elaboração e atualização de termos e posicionamentos do Plenário e das Câmaras, de forma a organizar a jurisprudência e validar melhorias para sua divulgação e uso.	Não		Não		Não			Sim		Não	
QATC- 5	CORREGEDORIA					0						0		0	0	0	QATC5/2015		0
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
5.1	Estrutura da Corregedoria A Corregedoria do Tribunal					1						1		1	0	5.1/2015		1	
5.1.1	Está a estrutura organizacional	Apresentar organograma e/ou ato normativo contemplando a Corregedoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: sete critérios são cumpridos Pontuação = 2: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 1: três critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	GAJ	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) em poder desta Comissão de Aplicação e em (S) apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião de visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.1.2	Possui suas atribuições definidas em Instrumento Normativo (atribuições da unidade e não somente do Corregedor), aprovado pelo Colegiado	Ata normativa que comprove a existência		GAJ	Sim		Vide comentário no Item 5.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.1.3	Possui estrutura física própria (distinta do Gabinete do Corregedor)			GAJ	Não		Vide comentário no Item 5.1.1	A estrutura dos gabinetes de conselheiros foram aprovadas.	Sim	O responsável diverge de comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Sim			Não		Sim	
5.1.4	Possui estrutura de pessoal própria (distinta do pessoal do Gabinete do Corregedor), pertencente, majoritariamente, ao quadro efetivo	Relação e/ou documentação que comprove a lotação de pessoal na Corregedoria, composta, em sua maioria, de servidores efetivos		GAJ	Não			A estrutura de pessoal integra o gabinete do Conselheiro-Corregedor.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.1.5	Possui comissão permanente de correioes	Ata de designação de comissão ou unidade permanente de correioes		GAJ	Não			A comissão ainda integra a estrutura da administração.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.1.6	Possui comissão processante permanente (processo administrativo disciplinar e de sindicância)	Ata de designação de comissão ou unidade processante permanente para processo administrativo disciplinar e de sindicância		GAJ	Não			A comissão ainda integra a estrutura da administração.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.1.7	Possui normativo para o procedimento disciplinar no âmbito interno	Ata normativa		GAJ	Não			Não há Ata Normativa específica para procedimento disciplinar pela Corregedoria.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.1.8	Possui espaço próprio na internet e intranet			GAJ	Não			Está em desenvolvimento.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.1.9	Possui sistema informatizado que possibilite o gerenciamento dos processos, procedimentos e dos prazos processuais, com alertas automáticos	Sistema		GAJ	Sim		Vide comentário no Item 5.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.2	Atividades da Corregedoria A Corregedoria do Tribunal					0						0		0	0	5.2/2015		0	
5.2.1	Possui regimento interno	Regimento interno	Pontuação = 4: dez critérios são cumpridos Pontuação = 3: oito critérios são cumpridos Pontuação = 2: seis critérios são cumpridos Pontuação = 1: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de quatro critérios são cumpridos	GAJ	Sim		Vide comentário no Item 5.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.2.2	Possui regulamento para os procedimentos de correção ordinária e extraordinária, adotando as diretrizes estabelecidas no modelo definido pelo Colegiado de Corregedores e Ouvidores do TCE	Regulamento		GAJ	Não			A Corregedoria está implantada mas ainda em fase inicial de funcionamento.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.3	Possui metas e indicadores de desempenho quanto a realização de correções ordinárias	Documentação que comprove a existência de metas e indicadores de desempenho		GAJ	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.4	Realiza, no mínimo, uma correção ordinária por ano, nas unidades do Tribunal, incluindo os Gabinetes dos membros	Documentação que comprove a realização das correções		GAJ	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.5	Expede providências, recomendações ou orientações	Providências, recomendações ou orientações expedidas nos dias últimos exercícos		GAJ	Sim		Vide comentário no Item 5.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.2.6	Acompanha o cumprimento de providências, recomendações e orientações	Monitoramento por meio de processos, relatórios, documentos ou sistemas quanto ao cumprimento de providências, recomendações ou orientações nos dias últimos exercícos		GAJ	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.7	Controla os prazos processuais	Relatório da Corregedoria ou documento que evidencie o controle dos prazos processuais		GAJ	Sim		Vide comentário no Item 5.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
5.2.8	Instaura procedimentos destinados à apuração da competência para indicação de Ministro e Conselheiro, no caso de vacância, e, após a nomeação, a análise do preenchimento dos requisitos constitucionais e legais para a posse, expedientes a serem submetidos à deliberação do Tribunal Pleno	Ata normativa que disciplina a instauração do procedimento		GAJ	Não			Não há normativo que discipline a instauração do procedimento mencionado nesse critério.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.9	Disponibiliza os relatórios gerenciais na internet	Relatórios disponibilizados		GAJ	Não			Nenhuma ação prevista.	Não		Não		Não			Não		Não	
5.2.10	Utiliza o Termo de Ajustamento de Conduta ou instrumento similar como meio alternativo às sanções e aos processos administrativos disciplinares, no caso de infrações leves	Termo de Ajustamento de Conduta ou, na hipótese de ainda não ter sido firmado, ato normativo prevendo a sua utilização.		GAJ	Não			Não há normativo que discipline a instauração do procedimento mencionado nesse critério.	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC- 6	CONTROLE INTERNO					3						3		2	2	2	QATC6/2015		2
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
6.1	Controle Interno dos Tribunais de Contas O Tribunal de Contas					0						0		0	1	6.1/2015		0	
6.1.1	Possui políticas e procedimentos de controle interno	Ata normativa	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	AUD	Não			A aprovação da Resolução TCE-RJ nº 20/17 constitui em passo importante para definição das Políticas de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos do TCE RJ, e cargo de estrutura de governança e sua administração. Não há, contudo, até o momento, normativo neste sentido.	Não		Não		Não			Não		Não	
6.1.2	Aplica os procedimentos de controle interno	Relatório de avaliação do sistema de controle interno em que se conclua pela aderência às normas afetas ao procedimento avaliado		AUD	Não			Como se observa no parágrafo único do art. 4º da Resolução TCE-RJ nº 20/17, o Auditor Interno AUD, órgão integrante da estrutura do TCE-RJ, subordinado diretamente à Presidência, integra a Unidade de Controle Interno, torna por base aos resultados de auditoria realizados nas áreas de Auditoria Governamental - INDG, bem como o Manual de Auditoria Governamental desta Tribunal - MAGTCE-RJ, os procedimentos de normas específicas afetas ao procedimento avaliado.	Não		Não		Não			Não		Não	
6.1.3	Faz constar, como parte integrante do relatório anual do Tribunal, declaração sobre controle interno assinada pelo Presidente	Documento que comprove a ciência do Presidente sobre o Parecer do Controle Interno emitido sobre o último exercício Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos		GAJ/ DSP	Não			O relatório anual não contém esse documento, todavia o Presidente do TCE RJ e o mesmo a Assembleia Legislativa comprometeram a Presidência de Contas assinar após aprovação pelo Plenário da sua comissão. Diante que a decisão proferida em 04/07/2017, durante os Contas do exercício de 2016 foi pela elegância interna com subseqüente, reido pela qual ainda não foi encaminhado ao Poder Legislativo.	Não		Não		Não			Não		Não	
6.1.4	Atualizou o ambiente de controle interno e prestou informações sobre ele nos últimos cinco anos	Relatório de avaliação do controle interno elaborado nos últimos cinco anos		AUD	Não			A aprovação da Resolução TCE-RJ nº 20/17 constitui em passo importante para definição das Políticas de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos do TCE RJ, e cargo de estrutura de governança e sua administração. Não há, contudo, até o momento, normativo neste sentido.	Não		Não		Não			Não		Não	
6.1.5	Possui canal de comunicação para que os servidores informem suspeitas de irregularidades	Canal permanente de acesso à unidade de controle interno, como, por exemplo, via intranet, correspondência (email, expediente)		OUV	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) em poder desta Comissão de Aplicação e em (S) apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião de visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
6.1.6	Possui em operação um sistema claramente definido para identificar, registrar e acompanhar os principais riscos de negócio	Relatório/matrix de avaliação de riscos		AUD	Não			A aprovação da Resolução TCE-RJ nº 20/17 constitui em passo importante para definição das Políticas de Controle Interno e Gerenciamento de Riscos do TCE RJ, e cargo de estrutura de governança e sua administração. Não há, contudo, até o momento, normativo neste sentido.	Não		Não		Não			Não		Não	
6.2	Unidade de Controle Interno dos Tribunais de Contas					4						4		4	3	6.2/2015		4	

Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários ( TC )	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017	
6.2.1	Existe unidade de controle interno na estrutura organizacional diretamente subordinada a Presidência do Tribunal	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Organograma do TC e/ou ato normativo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: sete critérios são cumpridos Pontuação = 2: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.2	A unidade de controle interno é composta por profissionais de carreira própria ou da carreira de auditoria do Tribunal	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Relação dos servidores lotados na unidade de controle interno, contendo cargo e função que desempenha		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.3	A unidade de controle interno conta com servidores em quantidade suficiente e com competência técnica adequada para a execução de plano anual de atividades de auditoria interna	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Documentação que comprove a lotação e qualificação dos servidores da unidade		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.4	Os servidores da unidade de controle interno desenvolvem exclusivamente atividades próprias de controle e auditoria interna, com observância ao princípio da segregação de funções	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Entrevista com os servidores da unidade de controle interno		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.5	A Unidade de controle interno conta com estrutura física adequada e recursos materiais suficientes para a execução do plano anual de atividades de auditoria interna	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Espaço próprio, móveis e equipamentos disponíveis na unidade de controle interno (fotograf). Entrevistas com os servidores da unidade de controle interno		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.6	Os servidores da unidade de controle interno têm acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização das atividades de controle interno	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Entrevista com os servidores da unidade de controle interno		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.7	Os servidores da unidade de controle interno têm independência técnica e autonomia profissional em relação às unidades controladas	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Entrevista com os servidores da unidade de controle interno		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.8	O Tribunal promove o desenvolvimento profissional contínuo dos profissionais de controle interno	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Documentação que comprove a efetiva capacitação dos servidores da unidade de controle interno		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.2.9	As competências da unidade de controle interno foram regulamentadas de acordo com os parâmetros definidos na Diretriz 27 da RA 04/2014	Ato normativo		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
6.2.10	As competências das unidades executoras do sistema de controle interno foram regulamentadas de acordo com os parâmetros definidos na Diretriz 27 e da RA 04/2014	Ato normativo		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
6.3	Atividades de controle interno dos Tribunais de Contas					4						4			3	2	6.3/2015		3	
6.3.1	A unidade de controle interno realiza auditorias internas periódicas de avaliação do sistema de controle interno	Relatório de, pelo menos, uma auditoria realizada nos três últimos exercícios	Pontuação = 4: seis dos critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois dos critérios são cumpridos Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos	AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.3.2	A unidade de controle interno realiza os trabalhos de auditoria interna com base em normas e manuais que regulamentam o processo de auditoria, em especial Normas de Auditoria do Setor Público – NBSAP e as Normas de Auditoria Governamental – NAGs	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Papéis de trabalho utilizados nas auditorias realizadas e/ou relatórios respectivos		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Não	As evidências não demonstram aderência às normas	Não		Não			
6.3.3	A unidade de controle interno elabora um planejamento anual de atividades de auditoria, com a descrição dos trabalhos de fiscalização a serem desenvolvidos, os cronogramas e os recursos necessários às ações de controle	Previsão em norma – Item 27 da Diretriz. Plano anual de atividades de auditoria		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.3.4	O plano anual de atividades é elaborado considerando matrizes de risco organizacional que consideram a materialidade, o risco de controle e o caráter estratégico das ações auditadas e estão em conformidade com a política de gerenciamento dos riscos do Tribunal	Matriz de risco que subsidia a elaboração do plano anual de atividades		AUD	Não			A aprovação da Resolução TCE-RJ nº 201/17 constitui em passo importante para a efetivação da Política de Gerenciamento e Gerenciamento de Riscos do TCE RJ, a cargo de servidores da gerência e da administração, não há controle, em momento, normativo nessa sentido.	Não		Não		Não		Não		Não			
6.3.5	A Unidade de controle interno elabora relatório anual de atividades	Relatório anual de atividades de 2016		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
6.3.6	A Unidade de Controle Interno emite pareceres sobre o Relatório de Gestão Fiscal e os balanços contábeis	Parecer do controle interno sobre o RGF e os balanços contábeis de 2016		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.3.7	Existe um processo regular de acompanhamento da implementação das recomendações da unidade de controle interno	Documento que comprove o regular monitoramento (processos, relatórios, documentos ou sistemas)		AUD	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.4	Controle interno dos jurisdicionados					3						3			2	1	6.4/2015		2	
6.4.1	O Tribunal estabeleceu iniciativas voltadas à implantação e ao efetivo funcionamento do sistema de controle interno dos jurisdicionados nos respectivos planejamentos, estratégicos, com correspondentes metas e indicadores de desempenho, controlados e divulgados sistematica e permanentemente	Plano estratégico do TC contendo metas e indicadores de atuação para estrutura dos controles internos dos jurisdicionados	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGE	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
6.4.2	O Tribunal normalizou os requisitos para implantação do sistema de controle interno dos jurisdicionados, segundo diretrizes da RA 05/2014	Ato normativo disciplinando a implantação do controle interno dos jurisdicionados		SGE	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Não	Embora exista um manual para implantação do Controle	Não		Não			
6.4.3	O Tribunal de Contas promove a orientação e sensibilização dos jurisdicionados acerca da importância e necessidade da efetiva implantação do sistema de controle interno	Ações que orientem os jurisdicionados acerca da importância do controle interno, tais como: seminários, encontros, cartilhas ou folhetos		SGE / CGO	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
6.4.4	O Tribunal promove ações destinadas a estreitar o relacionamento com as unidades de controle interno dos jurisdicionados, visando a racionalização e integração das atividades de controle, especialmente por meio das ações descritas na Diretriz 29 da RA 05/2014	Comprovação do desenvolvimento de ações voltadas à racionalização e integração das atividades indicadas da Diretriz		SGE	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
6.4.5	O Tribunal definiu regras para a responsabilização dos agentes públicos em face de irregularidades relativas ao sistema de controle interno, segundo parâmetros definidos na Diretriz 30 da RA 05/2014	Ato normativo com a definição das regras indicadas na Diretriz		SGE	Não			Recebiu informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não		Não		Não			
6.4.6	O Tribunal avaliou o sistema de controle interno dos jurisdicionados, com o propósito de verificar se está adequadamente concebido e se funciona de maneira eficaz, visando à proposição de aprimoramento e de medidas corretivas, com observância aos conceitos e critérios definidos na Diretriz 31 da RA 05/2014	Relatório de avaliação do controle interno de, pelo menos, um dos jurisdicionados no período compreendido entre 2015 e 2017		SGE	Sim		Vide comentário no Item 6.2.5		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
QATC-7	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					2						2			2	2	QATC7/2015		2	
Item	Dimensões a serem avaliadas																			
7.1	Estrutura de Tecnologia da Informação A unidade de TI do Tribunal.					4						4			4	4	7.1/2015		4	
7.1.1	Esta a estrutura organizacional	Organograma e/ou ato normativo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GO	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
7.1.2	Tem estrutura física própria			GO	Sim		Vide comentário no Item 7.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
7.1.3	Tem estrutura de pessoal própria	Comprovação da lotação de pessoal na unidade		GO	Sim		Vide comentário no Item 7.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
7.1.4	Tem regras de segurança da informação, devidamente formalizadas: rede, arquivagem etc	Ato normativo disciplinando a segurança de informação		GO	Sim		Vide comentário no Item 7.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
7.2	Política de Tecnologia da Informação O Tribunal possui						1						1			1	0	7.2/2015		1
7.2.1	Comitê de TI	Ato de designação do Comitê	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GO	Sim		Vide comentário no Item 7.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim			
7.2.2	Política de TI, previamente aprovada pelo Comitê e implementada	Documentação que comprove a aprovação da política pelo Comitê, bem como a sua implementação por meio, dentre outros, de atas, relatórios, projetos, ações, sistemas, entrevistas com o responsável e/ou servidores do setor		GO	Não			Em elaboração. Previsto - 3. setembro/2017	Não		Não		Não		Não		Não			
7.2.3	Plano estratégico de tecnologia da informação (plano de TI) ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) implementado e compatível com o planejamento estratégico do Tribunal (PET)	Plano estratégico de TI ou PDTI e o plano estratégico do Tribunal		GO	Não			Em elaboração, para aprovação pelo Comitê de TI. Previsto - 2. setembro/2017	Não		Não		Não		Não		Não			
7.2.4	Plano de gestão de risco em TI			GO	Não			Em elaboração. Previsto - 2. setembro/2017	Não		Não		Não		Não		Não			
DOMÍNIO D: RECURSOS HUMANOS E LIDERANÇA																				
QATC-8	GESTÃO DE PESSOAS					2						2			2	2	QATC8/2015		2	
Item	Dimensões a serem avaliadas																			
8.1	Plano de cargos, carreiras e salários Do Tribunal.					2						2			2	3	8.1/2015		2	
8.1.1	É aprovado por lei específica	Lei que instituiu o plano	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGA	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
8.1.2	Esta devidamente atualizado	Lei ou atualização datada de 2010 em diante		SGA	Não			O Plano de Cargos e Salários, de 2006, foi regulamentado pela Resolução nº 249 de 17/12/2006. Após 2006, houve (TJ) a extinção do cargo de Técnico (Fiscal). 2017/15. Ela criação dos cargos de Técnico de Contabilidade (Lei 6171/12) (3) cargo de cargo de Auditor Substituto ( Lei 6212, LC 136/15) regulamentados pela DL 25/15, Resolução 25/15.	Não		Não		Não		Sim		Não			
8.1.3	Contempla a gestão por competência	Ato normativo prevendo a adoção da sistematiza da gestão por competência		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Não		Sim	
8.1.4	Prevê a avaliação de desempenho como critério para desenvolvimento na carreira	Ato normativo disciplinando a matéria		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
8.1.5	Contempla acréscimo remuneratório baseado na produtividade do servidor, devidamente aferida a partir de critérios objetivos	Ato normativo disciplinando a matéria		SGA	Não			A Publicação de Decreto do TCE RJ (Resolução nº 188/15, em anexo) e PZ 10/2016 (PZ 10/2016) constitui em passo importante para a efetivação da Política de Gerenciamento e Gerenciamento de Riscos do TCE RJ, a cargo de servidores da gerência e da administração, não há controle, em momento, normativo nessa sentido.	Não		Não		Não		Não		Não		Não	
8.2	Política de saúde e qualidade de vida no trabalho Do Tribunal.					3						3			3	2	8.2/2015		3	
8.2.1	Esta formalizada	Ato normativo disciplinando a matéria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim			
8.2.2	Contempla a obrigatoriedade de realização de exames periódicos anuais	Ato normativo disciplinando a matéria		SGA	Não			Minuta de normativo em desenvolvimento pela CMA e CRI (Processo 301.822-917).	Não		Não		Não		Não		Não		Não	
8.2.3	Faz o acompanhamento, individualizado, das condições gerais de saúde dos servidores	Documentação e ou ações que comprovem o acompanhamento das condições gerais de saúde dos servidores pelo Tribunal		SGA	Não			Minuta de normativo em desenvolvimento pela CMA e CRI (Processo 301.822-917).	Não		Não		Não		Não		Não		Não	
8.2.4	Presta assistência à saúde mental dos servidores que apresentem necessidades específicas	Documentação e ou ações que comprovem a assistência aos servidores quanto à saúde mental		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
8.2.5	Realiza palestras e campanhas preventivas, tais como: vacinação, doação de sangue, tabagismo, prevenção ao câncer de mama e próstata, hipertensão e diabetes	Fôldeas, cartazes, cartilhas, informe etc...		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
8.2.6	Promove e incentiva a prática de esportes	Documentação e ou ações que comprovem o incentivo da prática de esportes pelo servidor, tais como: cartazes, cartilhas etc...		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
8.2.7	Contempla programa de preparação para a aposentadoria	Documentação que comprove a existência do programa		SGA	Sim		Vide comentário no Item 8.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Não		Sim	
8.3	Recrutamento, lotação e liderança No Tribunal.					1						1			1	2	8.3/2015		1	

Item	Critérios de avaliação	Orientações para evidencição	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não atadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
8.3.1	Existe o dimensionamento prévio da necessidade de pessoal, por unidade	Documentação de dimensionamento da lotação de pessoal	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGA	Não			Resolução nº 284/14 (Política de Gestão de Pessoas do TCE-RJ prevê a diretriz "o Realizar planejamento da força de trabalho com base nas competências prioritárias, técnicas e de liderança, visando apoiar a estruturação das concursos e alocação de pessoal". Porém, o TCE-RJ ainda não possui instrumento que oriente para a realização de tal planejamento. Iniciativa está em análise pelo grupo de Trabalho de Auditoria Substituta e Procuradores do Ministério Público, em andamento a intermediação contida no item 2 da Voto de 06.2016 do Conselho. 30/12/2017.	Não		Não		Não			Sim		Não	
8.3.2	A lotação dos servidores aprovados no concurso atende ao dimensionamento feito	Lotação dos servidores na unidade e dimensionamento da necessidade de pessoal para comparação		SGA	Não			Se a prática de planejamento da força de trabalho não está automatizada, não há como evidenciar tal atendimento.	Não		Não		Não			Sim		Não	
8.3.3	As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo	O servidor efetivo designado para a função de confiança deve ser inscrito no quadro do Tribunal		SGA	Não			Não há regulamentação acerca da matéria.	Não		Não		Não			Não		Não	
8.3.4	Os cargos em comissão são preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento	Ato normativo disciplinando as requisições e percentuais para a nomeação dos ocupantes de cargo em comissão do Tribunal		SGA	Não			A evidência é insuficiente para atender ao critério. Deve-se informar a existência de normativo que detalhe, especificamente, requisitos e percentuais para nomeação dos ocupantes de cargo em comissão do TCE-RJ, ou seja, deve-se descrever apenas a função de direção, chefia e assessoramento.	Não		Não		Não			Sim		Não	
8.3.5	Existe programa de treinamento e ambientação para os servidores recém-admitidos	Programa de treinamento ou curso de formação		SGA / ECG	Sim		Vida comentário no item 8.3.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
8.3.6	O processo de lotação e movimentação interna leva em consideração as competências do servidor sob competências com os requisitos do cargo, conforme perfil pré-definido	Documentação relativa ao mapeamento de competências, perfil e lotação dos servidores		SGA	Não			Resolução nº 284/14, na diretriz "o", prevê "Assuagir que no processo de seleção e alocação de servidores e garantir se apoiar em critérios objetivos, transparentes e que sejam orientados com base na análise sistêmica das necessidades de avaliação, no mapeamento das competências e nas demais informações contidas no Banco de Talentos". Todavia, a metodologia e o banco de talentos ainda não foram desenvolvidos.	Não		Não		Não			Não		Não	
8.4	Liderança, avaliação de desempenho e valorização dos servidores no Tribunal					1						1			1	3	8.4/2014		1
8.4.1	Existem perfis de competência mapeados e definidos para todas as unidades de trabalho	Mapeamento das competências	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SGA	Sim		Vida comentário no item 8.3.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
8.4.2	A escolha das lideranças leva em consideração as competências do servidor para o desempenho da função	Documentação relativa à escolha das lideranças e entrevistas com o gestor da área de pessoal		SGA	Não			Resolução nº 284/14, na diretriz "o", prevê "Assuagir que no processo de seleção e alocação de servidores e garantir se apoiar em critérios objetivos, transparentes e que sejam orientados com base na análise sistêmica das necessidades de avaliação, no mapeamento das competências e nas demais informações contidas no Banco de Talentos". Todavia, a metodologia e o banco de talentos ainda não foram desenvolvidos.	Não		Não		Não			Sim		Não	
8.4.3	Existe programa de capacitação permanente de líderes	Programa de capacitação		SGA / ECG	Não			Não conseguiu visualizar a existência de um programa de capacitação permanente de líderes oferecido pela ECG. Há que se registrar que, à mesma altura reportados com essa temática, impossibilitados para ECG.	Não		Não					Não		Não	
8.4.4	Realizam-se ações de reconhecimento funcional, como premiações por boas práticas e destaques de trabalhos técnicos			SGA	Não			As práticas de reconhecimento funcional não estão institucionalizadas. No entanto, são realizadas eventos e ações isoladas, por exemplo: "Prêmio de reconhecimento por melhores práticas" (atribuído em períodos de TCE-RJ, atribuições em períodos de TCE-RJ, atribuições em períodos de TCE-RJ, atribuições em períodos de TCE-RJ).	Não		Não		Não			Sim		Não	
8.4.5	Há instrumento para que os gestores e/ou servidores requeiram capacitação individual ou coletiva voltada ao aperfeiçoamento de suas competências	Documentação comprovando a solicitação de capacitação		SGA	Sim		Vida comentário no item 8.3.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
8.4.6	Realiza-se regularmente pesquisa de clima organizacional, com monitoramento dos resultados e plano de ação para aperfeiçoamento de sua atuação	Pesquisa de clima, monitoramento e plano de ação		SGA / ECG	Não			O Projeto de Pesquisa de Clima Organizacional segue em andamento (aprovado pela Presidência - Processo nº 201.775-07), com previsão de aplicação de questionário em Agosto/2017.	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC-9	ESCOLA DE CONTAS					4						4			4	3	QATC9/2015		4
9.1	Estrutura de Escola de Contas					4						4			4	4	9.1/2015		4
9.1.1	Esta a estrutura organizacional	Organograma e/ou ato normativo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	ECG	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Gestão de Qualidade por meio de nota técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.1.2	Possui suas atribuições definidas em instrumento normativo, aprovado pelo colegiado	Ato normativo aprovado pelo colegiado		ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.1.3	Possui estrutura física própria			ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.1.4	Possui estrutura de pessoal própria	Comprovação da lotação de pessoal na unidade		ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.2	Plano de Capacitação					4						4			4	3	9.2/2015		4
9.2.1	Possui plano de capacitação para os Membros do Tribunal	O TC deve possuir plano de capacitação para os Membros do Tribunal	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGA / ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
9.2.2	Possui plano de capacitação para os servidores do Tribunal	O TC deve possuir plano de capacitação para os servidores do Tribunal		ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.2.3	Possui plano de capacitação para os Jurisdicionados	O TC deve possuir plano de capacitação para os Jurisdicionados		ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
9.2.4	Possui plano de capacitação para controladores sociais (membros de conselhos, estudantes, cidadãos, sociedade civil, Organizações Não Governamentais - ONGs - etc)	O TC deve possuir plano de capacitação para controladores sociais (membros de conselhos, estudantes, cidadãos, sociedade civil, Organizações Não Governamentais - ONGs - etc)		ECG	Sim		Vida comentário no item 9.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
QATC-10	DOMÍNIO E: Celeridade e Tempestividade																		
QATC-10	AGILIDADE NO JULGAMENTO DE PROCESSOS E GERENCIAMENTO DE PRAZOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS					2						2			2	2	QATC10/2015		2
10.1	Prazos para apreciação de processos (Julgamento, emissão de parecer, registro etc.) O Tribunal aprecia, julga, emite parecer, registra, etc.) os processos nos seguintes prazos:					1						1			1	1	10.1/2015		1
10.1.1	Contas de governo: até o final do exercício seguinte ao da sua apresentação ao Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: os critérios (1), (2), (5), (6) e (9) são cumpridos Pontuação = 2: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 1: três critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	SGC	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(s) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Gestão de Qualidade por meio de nota técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.1.2	Contas de gestão: até o final do exercício seguinte ao da sua apresentação ao Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.3	Tomada de Contas de Exercício ou de Gestão: até o final do exercício seguinte ao da sua tomada pelo Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.4	Tomada de Contas Especial: até nove meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.5	Representações: até nove meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.1.6	Denúncias: até nove meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.7	Recursos/Pedido de rescisão: até quatro meses da sua autuação	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.8	Processos sujeitos a concessão de cautelares (I - Quanto à concessão: imediata, salvo se houver tempo suficiente para ouvir a outra parte, o Ministério Público de Contas e/ou o órgão técnico II - Quanto ao julgamento de mérito da cautelar: até dois meses da sua concessão	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.1.9	Consultas: até três meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.10	Concursos públicos: até três meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.11	Ato de pessoal (aposentadorias, pensões, reformas etc): até quatro meses da sua autuação no Tribunal	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.1.12	Demais processos (contratos, convênios etc): até um ano da sua autuação	Amostra de processos relativos ao cumprimento do item		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.2	Métodos para racionalizar e gestão de processos (antes da autuação) O Tribunal:					4						4			4	4	10.2/2015		4
10.2.1	Constitui processos com fundamento nos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, na avaliação de risco e do custo/benefício do controle	Ato normativo disciplinando a formalização de processo cujo custo/benefício não se justifica	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.2.2	Estabelece valor de alçada para a formação de processos	Ato normativo fixando valor de alçada		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.2.3	Aflua em apartado o processo para cobrança de multa, de modo a não prejudicar o andamento do processo principal	Amostra de processo de cobrança de multa		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.2.4	Divulga aos jurisdicionados prazos e regras para a autuação dos processos de modo a evitar diligências desnecessárias	Documentação que comprove a divulgação, como, por exemplo: internet e DOC		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.3	Métodos para assegurar maior celeridade à tramitação de processos (após a autuação) O Tribunal:					1						1			1	2	10.3/2015		1
10.3.1	Define critérios para classificação dos processos conforme o grau de complexidade	Ato normativo e/ou plano dispõe sobre os critérios	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: oito critérios são cumpridos Pontuação = 2: seis critérios são cumpridos	SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Sim		Não	
10.3.2	Define prazos para deliberação final dos processos, em função de sua natureza	Ato normativo e/ou plano dispõe sobre os prazos		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.3.3	Define prazos para cada etapa do processo, considerando o prazo final de deliberação	Ato normativo, sistema eletrônico ou/ou plano dispõe sobre os prazos		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.3.4	Define padrões de qualidade dos relatórios técnicos, bem como sistematica periódica de avaliação	Ato normativo, sistema eletrônico ou documentação contendo os padrões de qualidade e a sistematica de avaliação, exceto quanto aos relatórios de auditoria cujo critério está contido no QATC 16		SGC	Não			Reunido informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
10.3.5	Estabelece padrões e critérios uniformes para as análises, no que couber	Ato normativo, sistema eletrônico ou documentação contendo os padrões e critérios		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
10.3.6	Atribui competência ao órgão técnico para realização de diligências a fim de complementar a instrução processual	Ato normativo elou decisão da autoridade competente delegando competência ao órgão técnico		SGC	Sim		Vida comentário no item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	



Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários ( TC )	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado o da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017	
10.3.7	Aprimora os meios de comunicação dos atos e trâmites processuais	Amostra de ação, tais como notificação eletrônica, DOC ou similar	São cumpridos Pontuação = 1: três critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.3.8	Utiliza o Diário Oficial Eletrônico como principal meio de comunicação dos atos processuais			GP	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.3.9	Adota o processo eletrônico			GP / SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.3.10	Estabelece no planejamento estratégico metas institucionais qualitativas e quantitativas para análise e deliberação de processos	Plano estratégico contendo as metas	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: oito critérios são cumpridos Pontuação = 2: seis critérios são cumpridos Pontuação = 1: três critérios é cumprido Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	SGT	Não			O Plano Estratégico em vigor (2016/2019) não estabelece metas para indicadores, em virtude de indicadores de anuário das metas em documento à parte (consequente ao Plano). Quanto a esse aspecto, as metas para os indicadores estratégicos previstos no PET não foram ainda estabelecidas em sua totalidade. As metas qualitativas e quantitativas para análise e deliberação de processos são tratadas pelas Iniciativas Estratégicas: "Normalização de prazos processuais no âmbito do SGT" e "Definição de metas para prazos processuais no âmbito do SGT". Nesse sentido, foi concluído a SGT que metas que três metas não serão definidas até 31.12.2017. Dessa forma, até não, provável atender plenamente ao requisito, quando da construção do próximo Plano Estratégico do TCE-RJ (vigência de 2020 e 2023).	Não		Não		Não		Não		Não			
10.4	Medidas para eliminar ou reduzir o estoque de processos e gerar os prazos O Tribunal					3						3		3	3	10.4/2015			3	
10.4.1	Realiza inventário do estoque processual, por natureza, fase processual e ano de autuação	Inventário ou outro documento, inclusive eletrônico, contendo o registro do estoque de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.2	Desempenha projetos e ações para a redução/eliminação do estoque, com a designação de equipe gestora e definição de metas institucionais	Documentação relativa ao planejamento para a redução do estoque de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.3	Aplica os institutos da prescrição e decadência	Ato normativo disciplinando a matéria e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.4	Estabelece procedimentos de análise conforme critérios de materialidade, relevância e risco e ano da ocorrência dos fatos	Ato normativo e/ou documentação disciplinando os procedimentos relativos a análise processual contendo os referidos critérios		SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.5	Define agenda de deliberação dos processos em estoque	Documentação definindo prazos para a deliberação dos processos		SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não		
10.4.6	Adota decisões monocráticas	Amostra de decisões monocráticas		GP	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.7	Agrupar processos para análise e julgamento em bloco quando as matérias são correlatas	Amostra de processos agrupados		SGT	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.8	Institui sistemática de monitoramento e gerenciamento do cumprimento dos prazos, com apoio de sistema informatizado, com identificação das não conformidades e a emissão de alertas (leitoriais de prazos para membros, servidores e unidades)	Sistema informatizado de monitoramento e gerenciamento que contemple os requisitos do critério		GP	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
10.4.9	Monitora o cumprimento dos prazos pela Corregedoria	Documentação relativa ao monitoramento		GP	Sim		Vide comentário no Item 10.1.1		Sim		Sim		Sim			NA		Sim		
QATC-11	CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE					2						2		2	2	QATC1/2015			2	
Item	Dimensões a serem avaliadas					3						3		3	3	11.1/2015			3	
11.1	Marco legal do controle concomitante O Tribunal de Contas		Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido			3						3		3	3	11.1/2015			3	
11.1.1	Adota o controle externo concomitante como instrumento de efetividade de suas atribuições, estabelecendo-o como atividade prioritária no planejamento estratégico, com correspondentes metas e indicadores de desempenho, controlados e divulgados sistematica e permanentemente	Planejamento estratégico prevendo as iniciativas que possibilitem o controle externo concomitante e as ações delas decorrentes		SGT	Sim		Não evidenciado (encaminhado) e em poder desta Comissão de Auditoria e análise gerencial (CAG) Comissão de Gerente de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.2	Possui normativo sobre as responsabilidades pelas atividades do controle externo concomitante	Ato normativo disciplinando o item		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.3	Possui normativo sobre prazos e regras para o envio de documentos e informações pelos jurisdicionados, preferencialmente por meio eletrônico, de forma a possibilitar o exercício tempestivo do controle externo concomitante	Ato normativo disciplinando o item		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.4	Possui normativo sobre os critérios de risco (criticidade, relevância e materialidade) que indicam as jurisdicionados a serem controlados concomitantemente, sem prejuízo de o Tribunal postar, a qualquer tempo, fiscalizar outros nele não contemplados	Ato normativo disciplinando o item		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.5	Possui regras e procedimentos padrão de controle externo concomitante, em função dos objetos e especificidades dos atos controlados.	Ato normativo e procedimentos que demonstrem a observância do critério		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.6	Possui padrão de relatórios, pareceres e outros produtos técnicos, em função dos objetos e especificidades dos atos controlados	Ato normativo e/ou amostra de relatórios ou pareceres que comprovem a padronização		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.1.7	Possui normativo sobre a sistemática interna de gerenciamento e controle de prazos e de qualidade do controle externo concomitante, abrangendo todas as suas fases e unidades responsáveis, preferencialmente com o uso de ferramentas eletrônicas e com a participação da Corregedoria, a quem cabe expedir alertas, notificações, orientações, recomendações e, se for o caso, propor a aplicação de sanções	Ato normativo comprovando o cumprimento do critério		SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não		
11.2	Planejamento e execução do controle concomitante O Controle concomitante						3						3		3	3	11.2/2015			3
11.2.1	É exercido de ofício pelo Tribunal de Contas, segundo os critérios de relevância, materialidade e risco, respaldados em técnicas e procedimentos de auditoria (Normas de Auditoria Governamental – NAG, ou de outra que vier a substituí-las)	Ato normativo e/ou documentação disciplinando os critérios contidos no item, além de amostra de processo		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim	
11.2.2	Abrange especialmente atos e procedimentos relacionados à instituição, arrecadação e renúncia das receitas, o acompanhamento dos indicadores da LRF e a realização das despesas, incluindo licitações, obras, contratos, convênios, concursos públicos, processos seletivos simplificados e atos de pessoal	Amostra de acompanhamento de indicadores da LRF		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.2.3	Tem por objeto de análise os atos e procedimentos já formalizados ou validados pelos responsáveis, ainda que na fase intermediária do processo, a exemplo de editais de licitação publicados, licitação homologada, contratos publicados, concursos publicados, medidas autorizadas, despesas atestadas, despesas pagas, etc	Amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.2.4	Assegura o devido processo legal, especialmente, o direito ao contraditório e a ampla defesa, sempre que possível, antes da decisão	Ato normativo e amostra de processo		SGT	Não			O direito ao contraditório é constitucional e muito prestigiado pelo TCE-RJ. No entanto, não antes da decisão. O que realmente falta, sempre em auditoria preventiva, é a oportunidade ao jurisdicionado de realizar as "comprovações do gasto" que, ainda assim, não constituem contraditório de ponto de vista processual.	Não		Não		Não			Não		Não		
11.2.5	Compreende a adoção de procedimentos de acompanhamento e controle da gestão dos jurisdicionados durante o exercício em que são praticados os atos, com o julgamento dos processos até no máximo o final do exercício seguinte ao da sua instauração, ressalvada a complexidade da matéria e os incidentes processuais	Amostra de processo	SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não			
11.2.6	Possui como instrumentos, entre outros: auditoria, inspeção, diligência, exame de editais e atos sujeitos a registro, acompanhamento	Ato normativo disciplinando os instrumentos de fiscalização	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.7	É exercido sobre as denúncias e representações	Amostra de processos	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.8	É subsidiado por ferramenta eletrônica que viabilize o recebimento, processamento e análise de documentos e informações dos jurisdicionados	Sistema informatizado que atende o critério	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.9	É realizado exclusivamente por servidores efetivos, inspetores da carreira de auditores de controle externo ou equivalentes	Ato normativo regulamentando o item	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.10	Resulta em alertas, representações, medidas cautelares, recomendações, determinações, termos de ajustamento de gestão e sanções aos jurisdicionados	Amostra de processo que contenha pelo menos dois dos itens	SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não			
11.2.11	É concluído com o julgamento dos processos, incluindo denúncias e representações, nos prazos definidos institucionalmente	Amostra de processos	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.12	É gerenciado de forma sistemática quanto aos prazos e a qualidade, com a aplicação oportuna de medidas orientativas, corretivas e sancionadoras	Documentação ou sistema de controle de prazo e qualidade	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.2.13	Tem o resultado das fases do seu procedimento amplamente divulgado	Documentação relativa a divulgação	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim			
11.3	Termos de Ajuste de Gestão e Medidas Cautelares					2						2		2	2	11.3/2015			2	
11.3.1	As medidas cautelares são disciplinadas por lei ou resolução e são adotadas nos casos em que houver fundado risco de consumação, reiteração ou continuação de lesão ao erário ou de grave irregularidade, bem como de ineficiência de futura decisão de mérito	Ato normativo e amostra de processo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GP	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.3.2	As medidas cautelares são concedidas de modo a assegurar que os seus efeitos resultem em mais benefícios que prejuízos ao interesse público	Amostra de processo		GP	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.3.3	São aplicadas sanções aos jurisdicionados pelo descumprimento das medidas cautelares, preferencialmente multas diárias, com fundamento na lei orgânica e, subsidiariamente, no art. 4º e 7º seguintes do NCC	Amostra de processo		GP	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.3.4	Os recursos são analisados em processo independente, apartado do principal, sem efeito suspensivo automático, exceto se concedido por decisão do colegiado	Amostra de processo		GP / SGT	Não			Apesar os recursos de rejeição são analisados em processo apartado do principal.	Não		Não		Não			Não		Não		
11.3.5	Os termos de ajustamento de gestão são regulamentados, na forma e objetivos elencados na Decreto 23, "o", de 04/02/2014	Ato normativo regulamentando a matéria conforme o item		SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não		
11.3.6	Os compromissos assumidos nos termos de ajuste de gestão são monitorados regularmente pela unidade responsável	Amostra do monitoramento do cumprimento do TAG		SGT	Não			Requisito informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não		
11.4	Controle concomitante das licitações, contratos, convênios, obras e atos de pessoal O Tribunal de Contas					1						1		1	1	11.4/2015			1	
11.4.1	Realiza o controle concomitante de licitações e contratos, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento das licitações, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise dos editais de licitação, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo licitatório, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos licitatórios	Sistema informatizado e amostra de processos	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.4.2	Realiza o controle concomitante de contratos, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos contratos, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise dos contratos, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo contratatório, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos contratuais	Sistema informatizado e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.4.3	Realiza o controle concomitante de convênios, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos convênios, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise dos convênios, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo convênio, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos convênios	Sistema informatizado e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.4.4	Realiza o controle concomitante de obras, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento das obras, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise das obras, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo obra, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos obras	Sistema informatizado e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.4.5	Realiza o controle concomitante de atos de pessoal, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos atos de pessoal, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise dos atos de pessoal, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo pessoal, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos pessoal	Sistema informatizado e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
11.4.6	Realiza o controle concomitante de atos de pessoal, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos atos de pessoal, desde a publicação do edital à conclusão do contrato respectivo II) Proceda à análise dos atos de pessoal, antes do recebimento das propostas III) Acompanha a legalidade e economicidade dos atos do processo pessoal, até a adjudicação IV) Expede medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elevado de ilegalidade V) Determina as correções cabíveis nos procedimentos pessoal	Sistema informatizado e amostra de processos		SGT	Sim		Vide comentário no Item 11.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim				

Item	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários ( TC )	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não atadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
11.4.2	Realiza o controle concomitante de convênios, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos convênios, desde a sua celebração II) Procede a análise dos termos de convênios antes da conclusão da sua execução III) Procede, ainda que por amostragem, a fiscalização da execução dos convênios IV) Expele medida cautelar, quando cabível, para sustação do procedimento elavdo de ilegalidade	Sistema informatizado e amostra de processos	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: três critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: dois dos critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 1: um dos critérios é cumprido, incluídos os subcritérios. Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
11.4.3	Realiza o controle concomitante de obras, ainda que por amostragem, com atendimento dos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento da execução de obras que contenha, pelo menos, imagens das etapas das obras (georreferenciadas), valor do contrato, medidoras realizadas, desembolsos e prazos de execução; II) Procede a análise dos editais para a contratação de obras III) Procede a fiscalização da execução de obras; IV) Expele medida cautelar, quando cabível, para paralisação de obras ou para a retenção de valores no montante correspondente à irregularidade detectada V) Determina medidas corretivas na execução das obras.	Sistema informatizado e amostra de processos	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: três critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: dois dos critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 1: um dos critérios é cumprido, incluídos os subcritérios. Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
11.4.4	Realiza o controle concomitante de atos de pessoal, ainda que por amostragem, com atendimento aos seguintes requisitos mínimos: I) Possui sistema informatizado de acompanhamento dos atos de admnisão II) Procede a análise dos editais de concursos públicos III) Procede a fiscalização da realização de concursos públicos IV) Expele medida cautelar, quando cabível, para sustação dos atos considerados elvados de legalidade V) Aprecia o mérito da cautelar em até dois meses da sua concessão, ressalvada a complexidade da matéria e os incidentes processuais VI) Determina medidas corretivas na realização de concursos públicos	Sistema informatizado e amostra de processos	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: três critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: dois dos critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 1: um dos critérios é cumprido, incluídos os subcritérios. Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC-12	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO					3						3		3	2	QATC12/2015		3	
Item	Dimensões a serem avaliadas					4						4		4	4	12.1/2015		4	
12.1	Marcio Legal da unidade de informações estratégicas. O Tribunal de Contas:					4						4		4	4	12.1/2015		4	
12.1.1	Instituiu e implantou a unidade de informações estratégicas, independentemente de sua denominação, mediante instrumento normativo que contemplou os requisitos previstos no regimento interno da Rede InfoContas.	Ato normativo		SGT	Sim		(A evidência(s) encontrada(s) em seu poder desta Comissão de Aplicação e Sanção(s) apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião de visita técnica.		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.1.2	Confere a unidade de informações estratégicas autonomia e independência funcional, nos termos das NAOs, suficientes para desempenhar as atividades estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica e regimento interno da Rede InfoContas, garantido que os dados oriundos, tratados, armazenados e consultados pelos servidores da unidade sejam utilizados apenas no âmbito das atribuições funcionais desse setor.	Ato normativo e entrevista com servidor do órgão	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.1.3	Assigura que os dados sejam manuseados de acordo com a legislação nacional de proteção de dados pessoais e a privacidade, em especial o disposto no art. 5º, incisos I a XXVIII, da Constituição Federal, e no art. 3º, caput e § 2º, da Lei Federal nº 12.527/2011.	Ato normativo e entrevista com servidor do órgão	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.1.4	Vincula a unidade de informações estratégicas à unidade superior de controle externo	Ato normativo e/ou organograma		SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.2	Infraestrutura da unidade de informações estratégicas. O Tribunal de Contas:					3						3		3	4	12.2/2015		3	
12.2.1	Dotar a unidade de informações estratégicas de estruturas física e de pessoal suficientes e adequadas para o pleno funcionamento de suas atividades e a garantia de suas prerrogativas	Documentação que comprove a lotação e a garantia das prerrogativas dos servidores do setor: visita ao setor		SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Não		Não		Sim		Não		
12.2.2	Assigura que as atividades de informações estratégicas sejam exercidas exclusivamente por servidor efetivo da carreira de controle externo com capacitação específica na área de inteligência, abrangendo no mínimo os fundamentos da doutrina.	Documentação relativa à lotação e a capacitação do servidor	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.2.3	Garante a unidade de informação estratégica a infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação protegida e com acesso restrito aos profissionais lotados na unidade	Documentação, sistema eletrônico e visita ao setor	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Seis critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Quatro critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos	SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.2.4	Garante de forma continuada aos servidores lotados na unidade de informações estratégicas a capacitação necessária ao desenvolvimento de suas atividades	Plano de capacitação ou documentação que comprove a capacitação continuada		SGT / EGO	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.3	Competências da unidade de informações estratégicas (A unidade de informações estratégicas possui as seguintes competências:					2						3		3	0	12.3/2015		3	
12.3.1	Exercício da atividade especializada de produção de conhecimentos que permitam às autoridades competentes, nos níveis estratégico, tático e operacional, adotar decisões que resultem em aumento de eficiência das ações de controle externo	Documentação e/ou amostra relativa às atividades exercidas no setor		SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.2	Realização de ações que exijam a utilização de métodos e técnicas de investigação de ilícitos administrativos, nos termos da cláusula primeira do Acordo de Cooperação Técnica da Rede InfoContas	Documentação e/ou amostra relativa às atividades exercidas no setor		SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.3	Adoção de métodos, técnicas, procedimentos e formalidades inerentes a atividade de inteligência, inclusive classificação, reclassificação e desclassificação de informações sigilosas, bem como implementação de medidas de proteção para as que receber, em conformidade com a legislação vigente e as normas aplicáveis ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbrin)	Documentação e/ou amostra relativa à adoção dos procedimentos previstos no item de inteligência		SGT	Não			Reunido informações para programar evento de viabilidade.	Não		Não		Não		Não		Não		
12.3.4	Elaboração de estratégias e ações de inteligência, exclusivamente por meio da obtenção, sistematização e análise de dados coletados oriundos de base de dados própria ou controladas, visando a produção de conhecimento para tomada de decisões. (Relatório de Análise de Tipologia; Relatório de Pesquisa; Relatório de Inteligência, dentre outros)	Documentação e/ou amostra relativa à adoção dos procedimentos previstos no item de inteligência	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Seis critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Quatro critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos	SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.5	Adoção de medidas de segurança internas que visem à prevenção, detecção, bloqueio e a neutralização de ações adversas de qualquer natureza que ameacem a tramitação, segurança e salvaguarda dos dados e conhecimentos, dos pessoais, dos materiais, e das áreas e instalações de interesse das Unidades de Informações Estratégicas	Ato normativo, documentação, sistema e entrevista com servidor da unidade		SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.6	Proposição de medidas de segurança institucional visando a garantir a segurança, o sigilo e a proteção dos dados e conhecimentos produzidos	Ato normativo, documentação, sistema e entrevista com servidor da unidade		SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.7	Solicitação de informações estratégicas a órgãos e entidades que atuam nas áreas de fiscalização, investigação e inteligência	Documento comprovando a solicitação		SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.3.8	Elaboração e validação de tipologias visando a identificar indícios de irregularidades administrativas com vistas à prevenção e ao combate à corrupção	Documentação comprovando a elaboração e a validação, ou a utilização de tipologia válida		SGT	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.4	Cooperação Interinstitucional O Tribunal de Contas:					3						3		3	2	12.4/2015		3	
12.4.1	Adetiu a Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Infocontas), nos termos previstos no Acordo de Cooperação Técnica que instituiu a Rede	Termo de adesão		GAJ	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Não		Sim		
12.4.2	Mantém acordos de cooperação com outras entidades visando ao compartilhamento de base de dados pela unidade de informações estratégicas	Termo de acordo	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: Um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	GAJ	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.4.3	Interage com outros órgãos e entidades da Administração Pública com o objetivo de estabelecer o intercâmbio e compartilhamento de informações e conhecimentos estratégicos que apoiem as ações de controle externo	Documentação comprovando a interação		GAJ	Sim		Vida comentário no Item 12.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
12.4.4	Possui acesso à Rede Infosig, da Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de cooperação ou documento congênere		SGT	Não			O compartilhamento referente ao acesso ao Sisbrin encontra-se em fase de análise para validação e efetiva execução, conforme o Ofício 049/2022 nº 140, de 12 de maio de 2022, por proposta de NAO.	Não		Não		Não		Não		Não		
QATC-13	ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES					3						3		3	3	QATC13/2015		3	
Item	Dimensões a serem avaliadas					4						4		4	4	13.1/2015		4	
13.1	Estrutura de acompanhamento das decisões O Tribunal:					4						4		4	4	13.1/2015		4	
13.1.1	Possui unidade de acompanhamento do cumprimento das decisões na estrutura organizacional	Organograma do TC e/ou ato normativo		SGT	Sim		(A evidência(s) encontrada(s) em seu poder desta Comissão de Aplicação e Sanção(s) apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião de visita técnica.		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.1.2	Definiu claramente as atribuições da unidade em instrumento normativo	Ato normativo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.1.3	Dotar a unidade de estrutura física própria			SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.1.4	Dotar a unidade de estrutura de pessoal própria	Documentação de lotação de pessoal		SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.2	Processos de acompanhamento da aplicação de multas, imputação de débitos, determinações e recomendações O Tribunal:					2						3		2	3	13.2/2015		2	
13.2.1	Possui mecanismos informatizados de acompanhamento das decisões	Mecanismo informatizado de acompanhamento		SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.2.2	Emite relatórios gerenciais sobre o acompanhamento das decisões	Relatórios gerenciais emitidos		SGT	Não		Vida comentário no Item 13.1.1	Não identificamos relatórios sobre o acompanhamento das decisões plenárias.	Sim	O responsável diverge da comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Não	Embora tenham sido apresentadas planilhas de controle, as mesmas não	Sim		Não		
13.2.3	Divulga relatórios sobre o acompanhamento do cumprimento das decisões	Relatórios divulgados	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: os critérios (1), (4), (5) e mais dois critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos.	SGT	Não			Prejudicado em função da ausência de relatório em questão.	Não		Não		Não		Sim		Não		
13.2.4	Adota ações efetivas para ressarcimento dos débitos (ex: assina prazo para que a pessoa jurídica pública lesada promova as medidas legais para o ressarcimento)	Amostra de processos ou procedimentos que comprovem a adoção		SGT / SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		
13.2.5	Adota ações efetivas para pagamento das multas (ex: assina prazo para efetuar o pagamento e encaminhamento para cobrança judicial)	Amostra de processos ou procedimentos que comprovem a adoção		SGT / SGT	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim		Sim		

Item	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado o da avaliação ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
13.2.6	Contempla, nos relatórios de inspeção ou auditoria, item específico para a verificação da implementação das determinações e recomendações anteriores	Ata normativa estabelecendo a obrigatoriedade da verificação		SGE	Sim		Vida comentário no Item 13.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
13.2.7	Monitora o cumprimento do Termo de Ajustamento de Gestão	Amostra de processos ou procedimentos de monitoramento		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC-14	DESENVOLVIMENTO LOCAL					0						0			0	1	QATC15/2015		0
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
14.1	Marco legal O Tribunal de Contas:					1						1			1	2	15.1/2015		1
14.1.1	Fixou o cumprimento da Lei Complementar nº 123/2006 como item de verificação obrigatória no controle externo	Ata normativa estabelecendo a obrigatoriedade	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois dos critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Sim		Não	
14.1.2	Destaca as conclusões técnicas nos relatórios de fiscalização, de modo a impactar o julgamento das correspondentes contas anuais	Relatório de fiscalização de contas anuais que contenha item alusivo ao critério		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.1.3	Regulamenta e divulga regras e prazos para o envio de documentos e informações pelos jurisdicionados, relativos ao cumprimento da Lei Complementar 123/2006, preferencialmente por meio eletrônico, de forma a possibilitar o controle externo concomitante sobre as constatações públicas	Ata normativa disciplinando a matéria e a correspondente divulgação		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.1.4	Regulamenta e implementa ações voltadas ao cumprimento de disposto na Lei Complementar 123/2006 nas contratações realizadas pelo Tribunal de Contas	Ata normativa disciplinando a matéria e amostra da contratação realizada pelo Tribunal		SGE	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e aná(lis) apresentada(s) à Comissão de Servento de Qualidade por meio da rede técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
14.2	Implementação da norma O Tribunal de Contas:					0						0			0	1	15.2/2015		0
14.2.1	Penou acordo de cooperação técnica com a unidade regional do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas Empresas - SEBRAE, tendo como objeto a conjugação de esforços para a criação de ambiente favorável à implementação da Lei Complementar nº 123/2006		Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	GAU / ECO	Sim		Vida comentário no Item 14.1.4		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
14.2.2	Promove ações junto aos jurisdicionados visando a aprovação e a implementação de norma local que regulamente o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito nacional, municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, a que se refere o art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006	Documentação e/ou ações que comprovem a iniciativa do Tribunal		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.2.3	Assigura capacitação às equipes técnicas do Tribunal para a efetiva fiscalização do disposto na Lei Complementar nº 123/2006	Documentação que comprove a capacitação dos servidores do Tribunal		SGE / ECO	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.2.4	Atua cooperativamente com outras instituições de controle, promovendo o intercâmbio de informações e documentos, a troca de experiências, a identificação e a divulgação de casos exitosos e o apoio técnico visando à implementação da Lei Complementar nº 123/2006	Acordos de cooperação, convênios ou ajustes		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.2.5	Produz, a partir das informações recebidas e das análises realizadas, indicadores de resultado acerca da implementação da Lei Complementar no Estado e Municípios, dando-lhes ampla divulgação e transparência	Indicadores de resultados específicos		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
14.2.6	Realiza campanhas de esclarecimento junto a opinião pública, informando que irregularidades detectadas pelos cidadãos podem ser levadas ao conhecimento do Tribunal	Documentação e/ou ações que comprovem a realização das campanhas	SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não		
QATC-15	ORDEN NOS PAGAMENTOS PÚBLICOS					0						1			1	1	QATC16/2015		1
Item	Dimensões a serem avaliadas					0						1			1	2	16.1/2015		1
15.1	Marco legal O Tribunal de Contas:		Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Sim		Não	
15.1.1	Fixou o cumprimento do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, como item de verificação obrigatória no controle externo	Ata normativa estabelecendo a obrigatoriedade		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Sim		Não	
15.1.2	Destaca as não conformidades nos relatórios de fiscalização, de modo a impactar o julgamento das correspondentes contas anuais	Relatório de fiscalização de contas anuais que contenha item alusivo ao critério		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.1.3	Define como obrigatória a implementação, pela Administração Pública, de sistema informatizado que possibilite a divulgação em tempo real, na rede mundial de computadores, das diversas ordens cronológicas de pagamentos públicos e das respectivas listas de credores, com ampla acessibilidade a qualquer cidadão	Ata normativa do Tribunal estabelecendo a obrigatoriedade		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.1.4	Regulamenta e divulga regras e prazos para o envio de documentos e informações pelos jurisdicionados, relativos a ordem cronológica nos pagamentos, preferencialmente por meio eletrônico	Ata normativa disciplinando a matéria e a correspondente divulgação		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.1.5	Regulamenta e implementa ações voltadas ao cumprimento da ordem cronológica nos pagamentos realizados pelo Tribunal de Contas	Ata normativa disciplinando a matéria e amostra de observância a ordem cronológica dos pagamentos realizados pelo Tribunal		GAU	Não		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e aná(lis) apresentada(s) à Comissão de Servento de Qualidade por meio da rede técnica.		Sim	O responsável diverge da comissão entendendo que as evidências apresentadas comprovam o atendimento ao critério de avaliação.	Sim		Sim			Sim		Sim	
15.2	Implementação da norma O Tribunal de Contas:					1						1			1	0	16.2/2015		1
15.2.1	Promove ações junto aos jurisdicionados, visando à edição de norma local que regulamente o cumprimento do art. 5º da Lei nº 8.666/93, contemplando os requisitos mínimos definidos na Diretriz 11 da RA 08/2014	Documentação e/ou ações que comprovem a iniciativa do Tribunal		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.2.2	Realiza eventos de capacitação destinados aos servidores dos jurisdicionados sobre a correta aplicação do artigo 5º da Lei nº 8.666/93, e disponibiliza orientação permanente	Documentação que comprove a capacitação dos servidores dos jurisdicionados		SGE / ECO	Sim		Vida comentário no Item 15.1.5		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
15.2.3	Afere o efetivo cumprimento da ordem cronológica de exigibilidade nos pagamentos	Papel de trabalho que comprove que o item é contemplado na fiscalização pelo Tribunal		SGE	Sim		Vida comentário no Item 15.1.5		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
15.2.4	Atua cooperativamente com outras instituições de controle, promovendo o intercâmbio de informações e documentos, a troca de experiências, o apoio técnico, bem como a identificação e a divulgação de casos exitosos, visando ao cumprimento do artigo 5º da Lei 8.666/93	Acordos de cooperação, convênios ou ajustes		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.2.5	Produz, a partir das informações recebidas e das análises realizadas, indicadores de resultado acerca do cumprimento do disposto no art. 5º da Lei 8.666/93, dando ampla divulgação e transparência	Indicadores de resultados específicos		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.2.6	Realiza campanhas de esclarecimento junto a opinião pública, informando que irregularidades detectadas pelos cidadãos podem ser levadas ao conhecimento do Tribunal	Documentação e/ou ações que comprovem a realização das campanhas		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
15.2.7	Apoia e participa de campanha nacional "Ordem nos Pagamentos Públicos" promovida pela Atricon e parceiros	Não se aplica em 2017		SGE	Sim		Conforme orientação da Atricon		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA																			
QATC-16	PLANO DE AUDITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE					2						2			2	2	QATC17/2015		2
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
16.1	Plano de Auditoria O Tribunal conta com um plano de auditoria que:		Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: Os critérios (1), (4) e (5) são cumpridos. Pontuação = 2: Pelo menos os critérios (1) e (4) são cumpridos. Pontuação = 1: Pelo menos dois critérios são cumpridos. Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos	SGE	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e aná(lis) apresentada(s) à Comissão de Servento de Qualidade por meio da rede técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.1.1	Segue uma metodologia baseada em riscos	Plano anual de auditoria que pondere a relevância, a materialidade e o risco de controle como fatores componentes do mapeamento dos riscos que definem as prioridades de fiscalização.		SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.1.2	Identifica os jurisdicionados e os tipos de auditoria	Plano anual de auditoria que atenda este requisito		SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.1.3	Especifica os recursos humanos e financeiros necessários para executar as auditorias planejadas	Plano anual de auditoria que atenda este requisito		SGE	Não			Reunindo informações para programar estudo de viabilidade.	Não		Não		Não			Não		Não	
16.1.4	Contém cronograma para a execução de todas as auditorias	Plano anual de auditoria que atenda este requisito		SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.1.5	Prevê o monitoramento	Plano anual de auditoria que atenda este requisito	SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
16.2	Controle e Garantia da Qualidade O Tribunal regulamentou:					1						1			1	1	17.2/2015		1
16.2.1	Políticas e procedimentos de controle da qualidade (CQ)	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: pelo menos os critérios (1), (2), (3), (4), (5) e (6) são cumpridos Pontuação = 2: pelo menos quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: pelo menos dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.2.2	Controle rotineiro de qualidade nos trabalhos auditoriais	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Sim		Vida comentário no Item 16.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
16.2.3	Políticas e procedimentos de garantia da qualidade (GQ)	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Não			Operacionalizando e normalizando a prática (criando normas e manuais).	Não		Não		Não			Não		Não	
16.2.4	A realização anual, por amostragem, de avaliações de GQ das auditorias	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Não			Operacionalizando e normalizando a prática (criando normas e manuais).	Não		Não		Não			Não		Não	
16.2.5	A responsabilidade pelo processo de monitoramento da GQ, atribuída a uma ou mais pessoas com a devida experiência e autoridade para assumir tal responsabilidade	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Não			Operacionalizando e normalizando a prática (criando normas e manuais).	Não		Não		Não			Não		Não	
16.2.6	A exigência de independência das pessoas que farão a GQ (não tenham participado do trabalho nem da análise do controle de qualidade do trabalho)	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Não			Operacionalizando e normalizando a prática (criando normas e manuais).	Não		Não		Não			Não		Não	
16.2.7	A exigência de que os resultados do monitoramento do sistema de controle de qualidade sejam informados à autoridade do Tribunal responsável pela GQ de forma tempestiva	Norma que regulamente os procedimentos de controle e garantia da qualidade das auditorias		SGE	Não			Operacionalizando e normalizando a prática (criando normas e manuais).	Não		Não		Não			Não		Não	





Item	Critérios de avaliação	Orientações para evidencição	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não atenda)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou Não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
18.3.7	O relatório da auditoria de conformidade propriamente dito apresenta os seguintes elementos: I. Título II. Destinatário III. Escopo da auditoria, inclusive o período abrangido IV. Identificação ou descrição do objeto V. Critérios identificados VI. Identificação das normas de auditoria aplicadas na execução do trabalho VII. Um resumo de trabalho executado VIII. Achados IX. Uma conclusão/um parecer X. As respostas da entidade auditada (conforme o caso) XI. Recomendações (conforme o caso) XII. Data do relatório XIII. "Assinatura"	Amostra de relatórios de auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: pelo menos os critérios (1) e (2) são cumpridos, incluído os subcritérios. Pontuação = 2: pelo menos o critério (1) ou (3) é cumprido, incluído os subcritérios. Pontuação = 1: apenas o critério (2) é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério são cumpridos.	SOC	Sim		Vida comentário no Item 18.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
18.3.8	Todas as determinações e recomendações propostas pela equipe de auditoria são escritas de forma clara e concisa e são dirigidas aos responsáveis pelo seu cumprimento.	Amostra de relatórios de auditoria de conformidade		SOC	Sim		Vida comentário no Item 18.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
QATC-19	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA OPERACIONAL					3						3			3	3	QATC20/2015		3
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
19.1	Normas e orientações da auditoria de operacional. O Tribunal:					4						4			4	4	20.1/2015		4
19.1.1	Formula/adopta normas de auditoria compatíveis com a ISSAI 305, levando em consideração as Diretrizes da Auditoria Operacional da INTOSAI, ou adota/ou essas Diretrizes como suas normas oficiais. As normas contemplam os seguintes subcritérios: I. Princípios gerais II. Planejamento III. Execução IV. Elaboração de relatórios	Norma própria de auditoria operacional ou comprovação oficial de adoção das diretrizes da INTOSAI	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: pelo menos os critérios (1) e (2) são cumpridos, incluído os subcritérios. Pontuação = 2: pelo menos o critério (1) ou (3) é cumprido, incluído os subcritérios. Pontuação = 1: apenas o critério (2) é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério são cumpridos.	SOC	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.1.2	Adotou e divulgou políticas e procedimentos que deem valor como implementar as normas de auditoria operacional	Manual ou guia de auditoria operacional em vigor e comprovação de ação de divulgação		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.1.3	Oferece apoio aos auditores na implementação das normas de auditoria adotadas e das exigências éticas, e no desenvolvimento das suas qualificações profissionais	Comprovação de existência de, por exemplo: materiais de orientação, capacitações, acesso a perfis quando necessário, intercâmbio de experiências profissionais com outros auditores, acesso a capacitação interna e externa e acesso a normas atualizadas.		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.2	Controle de qualidade na auditoria operacional					2						2			2	3	20.3/2015		2
19.2.1	Todas as auditorias são avaliadas, abrangendo uma análise do plano de auditoria, dos papéis de trabalho (documentação) e do trabalho da equipe	Amostra de processos de auditoria para confirmação da realização do controle de qualidade (check list, assinatura dos supervisores, diretores etc.).	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: três critérios são cumpridos. Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido.	SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.2.2	O auditor adota procedimentos de controle de qualidade durante a auditoria, destinados a assegurar que a auditoria siga as normas pertinentes	Amostra de processos de auditoria para confirmação da realização do controle de qualidade (check list, assinatura dos supervisores, diretores etc.).		SOC	Não		Formalizando a prática.		Não		Não		Não			Não		Não	
19.2.3	Sempre que surgirem questões difíceis ou controversas, o Tribunal assegura que sejam utilizados os recursos apropriados (como peritos técnicos) para tratá-las	Documentação que comprove a utilização de expertise não existente no TC para a análise de questão de auditoria relevante.		SOC	Não		Reunindo informações para programar visita de viabilidade.		Não		Não		Não		NA			Não	
19.2.4	Todas as diferenças de opinião dentro do Tribunal são documentadas claramente	Norma que discipline o tema ou processos de auditoria em que tenha havido divergência de opinião.		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.3	Gestão e qualificações da equipe de auditoria operacional. O Tribunal:					3						3			3	4	20.4/2015		3
19.3.1	Assegura que a realização de auditorias operacionais não será comprometida por eventuais designações de auditores para outros trabalhos	Documentos ou informações passados pela equipe de auditoria (entrevistas, por exemplo)	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos. Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos. Pontuação = 1: um critério é cumprido. Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido.	SOC	Não		Formalizando a prática.		Não		Não		Não			Sim		Não	
19.3.2	Assegura às equipes de auditoria capacitação específica em auditoria operacional	Documentação que comprove a participação de auditores em capacitações em auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.3.3	Designa, para a realização de auditorias operacionais, profissionais com conhecimentos de métodos de pesquisas, métodos aplicados nas ciências sociais, métodos de investigação e avaliação	Documentação funcional de amostra da equipe de auditoria e conteúdo programático das capacitações		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.3.4	Designa, para a realização de auditorias operacionais, profissionais com habilidades de comunicação e escrita, capacidade analítica, integridade, criatividade e receptividade	Documentação funcional de amostra da equipe de auditoria e conteúdo programático das capacitações		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
19.3.5	Promove o desenvolvimento profissional contínuo das equipes de auditoria operacional	Documentos que comprovem a capacitação nos últimos três exercícios das equipes de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 19.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
QATC-20	PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL					4						4			4	4	QATC21/2015		4
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
20.1	Planejamento de auditoria operacional. A equipe de auditoria do Tribunal:					4						4			3	4	21.1/2015		3
20.1.1	Adquire conhecimentos antes da auditoria para assegurar a pertinência da auditoria apropriada, por exemplo, cumprindo os seguintes subcritérios: I. As perguntas CONTEM as informações necessárias para compreender a entidade auditada II. Avaliação dos problemas e dos riscos III. Identificação das possíveis fontes de evidências IV. Auditabilidade V. Materialidade da área auditada	Amostras dos documentos de planejamento das auditorias operacionais	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos. Pontuação = 2: três critérios são cumpridos. Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos. Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos.	SOC	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Aplicação e verificação apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.1.2	Enfoca questões auditáveis importantes com relação aos princípios da economia, eficiência e eficácia das iniciativas governamentais	Amostras dos documentos de planejamento das auditorias operacionais		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.1.3	Tem objetivo de auditoria/questão geral clara, por exemplo, cumprindo os seguintes subcritérios: I. As auditorias referem-se a iniciativas governamentais identificáveis II. Objetivos usados para levantar questões e subquestões exaustivas e relacionadas por temas III. Adoção de critérios, escopo, período e metodologia, incluindo técnicas para a coleta de evidências suficientes e apropriadas para fazer análises, responder as questões da auditoria e cumprir o objetivo de auditoria	Amostras dos documentos de planejamento das auditorias operacionais		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.1.4	Passa critérios de auditoria gerais ou específicos: I. Pertinentes ao objetivo de auditoria II. Fontes objetivas, razoáveis, alcançáveis e identificáveis III. Que reflitam as leis, regulamentos, objetivos, conhecimentos científicos, princípios sólidos, melhores práticas ou o que poderiam proporcionar melhores condições	Amostras dos documentos de planejamento das auditorias operacionais		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.1.5	Elabora plano geral de atividades, por exemplo, cumprindo os seguintes subcritérios: cronogramas, pontos de controle, requisitos da equipe (competência, conhecimento da área e necessidade de peritos), comunicação (contato, processo, destinatário) com a entidade auditada e as partes interessadas pertinentes, e consideração dos riscos de auditoria	Amostras dos documentos de planejamento das auditorias operacionais		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Não		Não elaboram o plano geral de a	Sim		Não	
20.1.6	Submete o plano de auditoria à aprovação da instância superior	Amostras de processo de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Não		Em decorrência do item anterior	Sim		Não	
20.2	Execução de auditoria operacional. A equipe de auditoria do Tribunal:					4						4			4	4	21.2/2015		4
20.2.1	Informa as entidades auditadas em relação aos principais aspectos da auditoria, cumprindo por exemplo, os seguintes subcritérios: inclusão do objetivo da auditoria, questões, critérios e escopo da auditoria e discussão dos critérios com as entidades auditadas	Amostra de processo de auditoria operacional	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos. Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos. Pontuação = 2: três critérios são cumpridos. Pontuação = 1: um critério é cumprido. Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido.	SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.2.2	Estabelece boa comunicação com as entidades auditadas e partes interessadas durante todo o processo de auditoria	Amostra de processo de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.2.3	Coleta, combina e analisa dados de diversas fontes para definir os critérios de auditoria, quando necessário	Amostra de papéis de trabalho de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.2.4	Coleta evidências de auditoria e avalia de maneira objetiva, justa e equilibrada, por exemplo, cumprindo os seguintes subcritérios: contextualiza as evidências, considera todos os argumentos e perspectivas pertinentes e assegura que as evidências sejam suficientes (em termos de quantidade) para convencer uma pessoa experiente de que os achados são razoáveis, e adequados (em termos de qualidade), ou seja, pertinentes, válidos e confiáveis para responder as questões de auditoria e regular as condutas dos auditores	Amostra de papéis de trabalho de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.2.5	Elabora documentação de auditoria (papéis de trabalho) completa e suficientemente detalhada, a fim de permitir a um auditor experiente determinar que trabalho foi realizado para chegar aos achados, conclusões e recomendações da auditoria	Amostra de papéis de trabalho de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.2.6	Executa tempestivamente a auditoria em linha com o plano de trabalho, sendo registradas e documentadas as principais decisões sobre alterações do plano	Amostra de processo de auditoria operacional e de papéis de trabalho		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.3	Relatórios de auditoria operacional					4						4			4	4	21.3/2015		4
20.3.1	Antes da emissão do relatório, as entidades auditadas e, se for o caso, outras partes diretamente afetadas, têm a oportunidade de comentar os achados, conclusões e recomendações da auditoria, bem como corrigir erros e documentar as modificações feitas ou não na versão preliminar do relatório	Amostra de processo de auditoria operacional		SOC	Sim		Vida comentário no Item 20.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	

Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado da avaliação ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
20.3.2	O relatório inclui todas as informações necessárias para abordar o objetivo e as questões de auditoria, e é suficientemente detalhado para proporcionar o entendimento do objeto, bem como da concepção da auditoria (objetivo, questões, critérios, metodologia e eventuais limitações dos dados empregados)	Amostra de relatório de auditoria operacional	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: três critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no Item 20.3.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.3.3	Os achados são relevantes e atendem aos seguintes subcritérios: I. Baseiam-se em evidências de auditoria suficientes e apropriadas; II. Respondem claramente as questões de auditoria ou explicam por que isso não foi possível	Amostra de processo de auditoria operacional		soc	Sim		Vide comentário no Item 20.3.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.3.4	As recomendações propostas pela equipe de auditoria são construtivas, agregam valor, abordam as causas dos problemas/deficiências (sem assumir a responsabilidade que cabe à Administração), estão vinculadas ao objetivo, achados e conclusões da auditoria, convencem o leitor de que provavelmente resultarão em uma melhoria significativa do desempenho e são claras, práticas e dirigidas às entidades responsáveis por adotar as providências necessárias	Amostra de relatório de auditoria operacional		soc	Sim		Vide comentário no Item 20.3.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
20.3.5	O relatório é conclusivo e atende aos seguintes subcritérios: I. Apresenta clara relação entre o objetivo da auditoria, critérios, achados, conclusões e recomendações; II. É de fácil leitura, claro e conciso; III. Contém linguagem sem ambiguidades; IV. É equilibrado, abordando todos os argumentos pertinentes	Amostra de relatório de auditoria operacional		soc	Sim		Vide comentário no Item 20.3.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA																			
QATC-21	RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONFORMIDADE					1						1		1	2	QATC22/2015		1	
Item	Dimensões a serem avaliadas					0						0		0	4	22.1/2015		0	
21.1	Abstratégia de auditoria de conformidade (selecionar apenas um critério que reflita o percentual no qual o Tribunal se enquadra) O Tribunal:					0						0		0	4	22.1/2015		0	
21.1.1	Assegura que, pelo menos, 80% das entidades identificadas na análise de risco foram objeto de auditoria no ano em análise	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco	Pontuação = 4: o critério (1) é cumprido Pontuação = 3: o critério (2) é cumprido Pontuação = 2: o critério (3) é cumprido Pontuação = 1: o critério (4) é cumprido Pontuação = 0: o critério (5) é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.1.2	Assegura que, pelo menos, 40% das entidades identificadas na análise de risco foram objeto de auditoria no ano em análise	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.1.3	Assegura que, pelo menos, 40% das entidades identificadas na análise de risco foram objeto de auditoria no ano em análise	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.1.4	Assegura que, pelo menos, 20% das entidades identificadas na análise de risco foram objeto de auditoria no ano em análise	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.1.5	Realiza, no ano em análise, auditoria em menos de 20% das entidades identificadas na análise de risco	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco		soc	Sim		Não evidência(s) encontrada(s) em um poder desta Comissão de Auditoria e monitoramento à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
21.2	Apresentação dos resultados da auditoria de conformidade (selecionar apenas um critério que reflita o percentual no qual o Tribunal se enquadra) O Tribunal:					0						0		0	2	22.2/2015		0	
21.2.1	Em pelo menos 80% das auditorias de conformidade, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de seis meses após o encerramento do período a que a auditoria se refere)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias de conformidade julgadas nos prazos fixados	Pontuação = 4: o critério (1) é cumprido Pontuação = 3: o critério (2) é cumprido Pontuação = 2: o critério (3) é cumprido Pontuação = 1: o critério (4) é cumprido Pontuação = 0: o critério (5) é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. Hoje o TCE-RJ não possui esse controle.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.2.2	Em pelo menos 40% das auditorias de conformidade, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de nove meses após o encerramento do período a que a auditoria se refere)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias de conformidade julgadas nos prazos fixados		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. Hoje o TCE-RJ não possui esse controle.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.2.3	Em pelo menos 40% das auditorias de conformidade, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de dois meses após o encerramento do período a que a auditoria se refere)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias de conformidade julgadas nos prazos fixados		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. Hoje o TCE-RJ não possui esse controle.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.2.4	Em pelo menos 20% das auditorias de conformidade, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de dois meses após o encerramento do período a que a auditoria se refere)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias de conformidade julgadas nos prazos fixados		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. Hoje o TCE-RJ não possui esse controle.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.2.5	Em menos de 20% das auditorias de conformidade, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de dois meses após o encerramento do período a que a auditoria se refere)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias de conformidade julgadas nos prazos fixados		soc	Sim		Vide comentário no Item 21.1.5		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
21.3	Publicação e disseminação dos resultados da auditoria de conformidade (selecionar apenas um critério que reflita o prazo no qual o Tribunal se enquadra)					0						0		0	0	22.3/2015		0	
21.3.1	Todos os relatórios de auditoria e respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público, pelos meios apropriados, dentro de 5 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido	Pontuação = 4: o critério (1) é cumprido Pontuação = 3: o critério (2) é cumprido Pontuação = 2: o critério (3) é cumprido Pontuação = 1: o critério (4) é cumprido Pontuação = 0: o critério (5) é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.3.2	Todos os relatórios de auditoria e respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público, pelos meios apropriados, dentro de 15 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.3.3	Todos os relatórios de auditoria e respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público, pelos meios apropriados, dentro de 30 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.3.4	Todos os relatórios de auditoria e respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público, pelos meios apropriados, dentro de 45 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
21.3.5	Nem todos os relatórios de auditoria e respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público ou são publicados após 45 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido		soc	Sim		Vide comentário no Item 21.1.5		Sim		Sim		Sim			Não		Sim	
21.4	Acompanhamento, pelo Tribunal, da implementação das determinações e recomendações da auditoria de conformidade					3						3		3	4	22.4/2015		3	
21.4.1	O TC conta com o seu próprio sistema interno de acompanhamento para assegurar que as entidades auditadas sigam devidamente as suas determinações e recomendações	Sistema de acompanhamento ou monitoramento das determinações e recomendações de auditoria implantado	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Não			Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção da prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
21.4.2	Os procedimentos de acompanhamento do TC permitem que a entidade auditada apresente informações sobre as medidas corretivas tomadas ou sobre o(s) motivo(s) por que elas não foram tomadas	Documentação relativa aos resultados da coleta de dados e informações dos jurisdicionados sobre as medidas corretivas tomadas ou sobre o(s) motivo(s) por que medidas corretivas não foram tomadas		soc	Sim		Vide comentário no Item 21.1.5		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
21.4.3	O TC encaminha os seus relatórios de acompanhamento ao auditado, conforme o caso, para consideração e ação	Amostragem dos processos de monitoramento		soc	Sim		Vide comentário no Item 21.1.5		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
21.4.4	O TC divulga externamente os resultados das suas auditorias e as medidas de acompanhamento tomadas com respeito às suas determinações e recomendações	Amostragem das ações de divulgação no processo de monitoramento		soc	Sim		Vide comentário no Item 21.1.5		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
QATC-22	RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL					3						3		3	3	QATC23/2015		3	
Item	Dimensões a serem avaliadas					4						4		4	4	23.1/2015		4	
22.1	Abstratégia e escopo da auditoria operacional					4						4		4	4	23.1/2015		4	
22.1.1	Durante os últimos cinco anos, o TC emitiu relatórios abrangendo, pelo menos, três dos seguintes setores/áreas: • Segurança • Educação • Meio ambiente • Saúde • Infraestrutura • Previdência social e trabalho • Desenvolvimento econômico • Arrecadação de receitas • Finanças públicas e administração pública	Relatórios de auditoria operacional	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: os critérios (2) e (3) são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Sim		Não evidência(s) encontrada(s) em um poder desta Comissão de Auditoria e monitoramento à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim			sim		Sim	
22.1.2	As selecionar as questões de auditoria o TC considera: I. Que elas sejam significativas no tocante à sua relevância financeira, social e/ou política; II. Que elas sejam auditáveis; III. Os impactos esperados da auditoria, tendo como foco melhorar o desempenho das intervenções, programas e instituições	Processos de auditorias operacionais		soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			sim		Sim	
22.1.3	Em média, em cada um dos últimos três anos, pelo menos três auditorias operacionais foram concluídas	Processos de auditorias operacionais concluídas		soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			sim		Sim	
22.2	Apreciação, publicação e disseminação dos resultados da auditoria operacional O Tribunal:					3						3		3	2	23.2/2015		3	
22.2.1	Aprecia/julga, pelo menos, 80% das auditorias operacionais em até 30 dias após a conclusão do relatório	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias operacionais apreciadas/julgadas em até 30 dias após a conclusão do relatório	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. O TCE-RJ não possui esse controle atualmente.	Não		Não		Não			Não		Não		
22.2.2	Encaminha, pelo menos, 80% dos relatórios de auditoria operacional aos principais destinatários (a entidade auditada e o Executivo e/ou o Legislativo), em até 5 dias após a apreciação/julgamento	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias operacionais cujos relatórios foram encaminhados aos destinatários nos prazos fixados	soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
22.2.3	Disponibiliza os relatórios de auditorias operacionais ao público em geral, diretamente e por meio da mídia, bem como aos interessados, dentro de 10 dias após a apreciação/julgamento	Indicador ou relatório que evidencie o cumprimento do prazo fixado	soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			Não		Sim		
22.2.4	Disponibiliza os relatórios em linguagem acessível para o público em geral pelos meios apropriados	Sumários, resumos, gráficos, apresentações em vídeo, comunicados de imprensa, por exemplo, sobre os resultados de auditorias operacionais	soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim		
22.3	Acompanhamento da implementação das determinações e recomendações da auditoria operacional					2						2		2	3	23.3/2015		2	
22.3.1	Monitora periodicamente a implementação das recomendações/determinações a fim de verificar se a entidade auditada sanou as desconformidades no prazo concedido	Amostra de relatórios de monitoramento das auditorias operacionais	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: os critérios (1) e (3) são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
22.3.2	Exige que a entidade auditada apresente informações sobre as medidas corretivas tomadas ou sobre os motivos por que elas não foram tomadas	Amostra de processos de monitoramento das auditorias operacionais		soc	Sim		Vide comentário no Item 22.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
22.3.3	Usa informações do acompanhamento para analisar o valor agregado gerado pela própria auditoria operacional	Amostragem dos processos de monitoramento das auditorias operacionais		soc	Não			Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção da prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
QATC-23	AUDITORIA FINANCEIRA					0						0		0	0	QATC24/2015		0	
Item	Dimensões a serem avaliadas					0						0		0	0	24.1/2015		0	
23.1	Fundamentos da auditoria financeira O Tribunal:					0						0		0	0	24.1/2015		0	

Item	Critérios de avaliação	Orientações para evidencição	Crterios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não atadas)	Resultado Pos Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultad o da avaliação ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pos Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
23.1.1	Formulou ou adotou normas de auditoria baseadas na ISSAI 200, Princípios Fundamentais das Auditorias Financeiras, ou compatíveis com elas, ou adotou as Diretrizes da Auditoria Financeira (ISSAI 1000-1810) como suas normas	Norma própria de auditoria ou congruência oficial da adoção das diretrizes da ISSAI	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: três critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não		Não		Não	Não	
23.1.2	Adotou políticas e procedimentos sobre a forma como implementar as normas de auditoria	Guia ou Manual de Auditorias		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática. Entendo também manual de auditoria governamental, no item manual específico de Auditoria Financeira	Não		Não		Não		Não		Não	Não	
23.1.3	Aplica seus auditores, disponibilizando, por exemplo, material de orientação, capacitação, acesso a peritos e/ou informações de fontes externas	Material de orientação, capacitação e utilização de trabalhos de peritos etc.		soc/eco	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não		Não		Não	Não	
23.1.4	Assegura que a equipe de auditoria tenha, coletivamente, a competência e as qualificações apropriadas	Documentação comprobatória de que todos os trabalhos de auditoria sejam realizados por servidores da carreira de controle externo e que haja política e plano de capacitação implantados		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não		Não		Não	Não	
23.2	Processos de auditoria financeira O Tribunal					0						0			0	0	24.2/2015		0
23.2.1	Assigura que, no planejamento da auditoria, o auditor: I. Formula estratégia geral de auditoria abrangendo o escopo e a oportunidade da auditoria, bem como a extensão dos recursos necessários para executar o trabalho II. Planeja devidamente a auditoria para assegurar que ela inclua a avaliação de risco, bem como demais procedimentos de auditoria III. Avalia o ambiente de controle interno como um todo	Amostra de planejamento de auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 3: Os critérios (1) e (2) são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos, incluídos os subcritérios Pontuação = 1: um critério é cumprido, incluídos os subcritérios, se houver Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.2.2	Assigura que, na execução da auditoria, o auditor: I. Adota procedimentos de auditoria baseados nos riscos avaliados e se a auditoria responde a esses riscos II. Coleta evidências de auditoria e as avalia de maneira objetiva, justa e equilibrada, por exemplo, comparando os seguintes subcritérios: contextualizar as evidências, considerar todos os argumentos e perspectivas pertinentes e assegurar que as evidências sejam suficientes (em termos de quantidade) para convencer uma pessoa experiente de que os achados são razoáveis, e adequados (em termos de qualidade), ou seja, pertinentes, válidos e confiáveis para responder às questões de auditoria e respaldar as conclusões da auditoria III. Elabora documentação completa e suficientemente detalhada, por exemplo, cumprido os seguintes subcritérios: a documentação dos planos, procedimentos, evidências (normalmente com referências cruzadas ao relatório) e achados da auditoria, a fim de permitir a um auditor experiente determinar que trabalho foi realizado para chegar aos achados, conclusões e recomendações da auditoria	Amostra de papéis de trabalho e de processo de auditoria financeira		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.2.3	O auditor deve formar opinião, com base na avaliação das conclusões tiradas das evidências de auditoria obtidas, que indique se as demonstrações financeiras como um todo foram elaboradas em conformidade com o arcabouço de informações financeiras pertinentes	Amostra de processo de auditoria financeira		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3	Resultados de auditoria financeira O Tribunal					0						0			0	0	24.3/2015		0
23.3.1	Realiza auditoria financeira nas contas anuais do governo (federal, estadual e distrital)	Amostra de processo de contas de governo	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3.2	Assigura que, pelo menos, 80% das entidades identificadas na análise de risco foram objeto de auditoria financeira no ano em análise.	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias realizadas em relação às definidas na matriz de risco.		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3.3	Elabora relatório baseado nos princípios da completude, objetividade, tempestividade e do contraditório	Amostra de relatório de auditoria financeira		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3.4	Em prazos mínimos de nozes sessenta dias, o processo é julgado pelo Pleno/Câmara dentro do prazo fixado (ou quando não houver prazo definido, dentro de seis meses após o encerramento do período fixado)	Indicador ou relatório que evidencie o percentual de auditorias financeiras julgadas nos prazos fixados		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3.5	Todos os relatórios e/ou pareceres de auditoria e as respectivas defesas são publicados e postos à disposição do público, pelos meios apropriados, dentro de 5 dias após o recebimento da defesa	Indicador ou relatório que evidencie a publicação/disseminação de todos os relatórios de auditoria e defesas no prazo estabelecido	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: seis critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
23.3.6	Acompanha a implementação das determinações e recomendações das auditorias financeiras	Amostra de relatório que evidencie o acompanhamento de auditoria financeira		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Não		Não	
<b>QATC-24</b>	<b>AUDITORIAS COM TEMAS ESPECÍFICOS</b>					3						3			2	4	QATC25/2015		2
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
24.1	Auditoria de receita e de renúncia de receita públicas O Tribunal					4						4			3		Sem Equivalência 2015		3
24.1.1	Fiscaliza a receita e a renúncia de receita por meio de processos de auditoria operacional, financeira ou de conformidade, segundo os critérios de relevância, materialidade e risco, e respaldada nas NBASPs e/ou NAs	Amostra de processo de auditoria de receita e renúncia de receitas	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		(A evidência) encontrada se em poder desta Comissão de Aplicação e Monitoramento(A) Comissão de Verificação de Qualidade por ocasião da visita técnica.	Sim	Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.2	Contribui para o aperfeiçoamento da gestão pública, por meio de recomendações que otimizam a capacidade de gestão, o cumprimento de metas e/ou resultados de políticas públicas	Amostra de relatório de processo de auditoria.		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.3	Inclui a auditoria de receita e/ou de renúncia de receitas em planos anuais de fiscalização, de modo que o Poder Executivo Estadual e cada um dos Municípios jurisdicionados sejam auditados pelo menos uma vez no período de um quadriênio	Plano anual de fiscalização		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.4	Posui manuais e procedimentos de auditoria de receita e de renúncia de receitas com ênfase nos princípios gerais, no planejamento, na execução das matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização, bem como no acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	Manual ou regulamento que discipline a auditoria de receita e renúncia de receitas		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Não	Não existe manual específico.				Não	
24.1.5	Regulamenta o envio de documentos e informações pelos jurisdicionados, inclusive das protegidas por sigilo fiscal, com prazos e regras definidos, de forma a possibilitar o exercício pleno e tempestivo da fiscalização	Regulamento	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.6	Assigura a capacitação continuada às suas equipes técnicas para a auditoria de receita e de renúncia de receita	Comprovação de pelo menos uma capacitação em auditoria de receita e renúncia de receitas aplicada no último exercício		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.7	Orienta-se, nas auditorias de receita e de renúncia de receita, pelos pontos de controle destinados nas diretrizes aprovadas pela Resolução 06/2016 da Aticon	Manual ou guia que discipline os procedimentos de auditoria de receita e renúncia de receita alinhados com a Resolução 06/2016. Amostra de relatórios de auditoria		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.1.8	Acompanha continuamente a evolução da dívida pública e do equilíbrio fiscal e adota medidas pertinentes	Amostra de fiscalização da dívida e do equilíbrio fiscal. Determinações, recomendações e alertas		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
24.2	Auditoria de Concessão Pública O Tribunal					4						4			3	4	25.2/2015		3
24.2.1	Realizou, nos últimos 3 anos, pelo menos, 1 auditoria de concessão pública	Processos de auditorias de concessões públicas realizadas pelo TC nos últimos 3 anos	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.2.2	Elabora o planejamento da auditoria, contendo as informações necessárias para compreender o objeto auditado, avaliar os problemas e os riscos, as possíveis fontes de evidências e a materialidade da área auditada	Amostra de auditoria de concessões públicas		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.2.3	Posui manuais e procedimentos de auditoria de concessões com ênfase nos princípios gerais, no planejamento, na execução da auditoria e na elaboração de relatórios, com base em matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização, bem como no acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	Manual ou regulamento que discipline a auditoria de concessões		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Não	Não existe manual específico.		Sim		Não	
24.2.4	Coleta e assegura que as evidências de auditoria sejam suficientes para responder às questões de auditoria e respaldar as conclusões dos auditores	Amostra de auditoria de concessões públicas		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.2.5	Elabora documentação completa e suficientemente detalhada, permitindo a um auditor que não participou dos trabalhos chegar aos achados, conclusões e recomendações da auditoria	Papéis de trabalho que incluam os procedimentos, evidências (normalmente com referências cruzadas ao relatório) e achados da auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.2.6	Elabora relatório baseado nos princípios da completude, objetividade, tempestividade e do contraditório	Amostra de processos de auditoria de concessões		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.3	Auditoria de Tecnologia da Informação O Tribunal					4						4			3	4	25.3/2015		3
24.3.1	Realizou, nos últimos 3 anos, pelo menos, 3 auditorias de TI	Processos de auditorias de TI	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.3.2	Elabora o planejamento da auditoria, contendo as informações necessárias para compreender o objeto auditado, avaliar os problemas e os riscos, as possíveis fontes de evidências e a materialidade da área auditada	Amostra de auditorias de TI		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.3.3	Posui manuais e procedimentos de auditoria de TI com ênfase nos princípios gerais, no planejamento, na execução da auditoria e na elaboração de relatórios, com base em matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização, bem como no acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	Manual ou regulamento que discipline a auditoria de TI		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Não	Não existe manual específico.		Sim		Não	
24.3.4	Coleta e assegura que as evidências de auditoria sejam suficientes para responder às questões de auditoria e respaldar as conclusões dos auditores	Amostra de auditoria de TI		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.3.5	Elabora documentação completa e suficientemente detalhada, permitindo a um auditor que não participou dos trabalhos chegar aos achados, conclusões e recomendações da auditoria	Papéis de trabalho que incluam os procedimentos, evidências (normalmente com referências cruzadas ao relatório) e achados da auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.3.6	Elabora relatório baseado nos princípios da completude, objetividade, tempestividade e do contraditório	Amostra de processos de auditoria de TI		soc	Sim		Vide comentário no item 24.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
24.4	Auditoria de meio ambiente O Tribunal					0						0			0	4	25.4/2015		0
24.4.1	Realizou, nos últimos 3 anos, pelo menos, 1 auditoria de meio ambiente	Processos de auditorias de meio ambiente realizadas pelo TC nos últimos 3 anos.	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
24.4.2	Elabora o planejamento da auditoria, contendo as informações necessárias para compreender o objeto auditado, avaliar os problemas e os riscos, as possíveis fontes de evidências e a materialidade da área auditada	Amostra de auditoria de meio ambiente		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
24.4.3	Posui manuais e procedimentos de auditoria de meio ambiente com ênfase nos princípios gerais, no planejamento, na execução da auditoria e na elaboração de relatórios, com base em matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização, bem como no acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	Manual ou regulamento que discipline a auditoria de meio ambiente		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
24.4.4	Coleta e assegura que as evidências de auditoria sejam suficientes para responder às questões de auditoria e respaldar as conclusões dos auditores	Amostra de auditoria de meio ambiente		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
24.4.5	Elabora documentação completa e suficientemente detalhada, permitindo a um auditor que não participou dos trabalhos chegar aos achados, conclusões e recomendações da auditoria	Papéis de trabalho que incluam os procedimentos, evidências (normalmente com referências cruzadas ao relatório) e achados da auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
24.4.6	Elabora relatório baseado nos princípios da completude, objetividade, tempestividade e do contraditório	Amostra de processos de auditoria de meio ambiente		soc	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não			Sim		Não	
<b>QATC-25</b>	<b>FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS</b>					4						4			3		Sem Equivalência 2015		3
Item	Dimensões a serem avaliadas																		
25.1	Organização e fundamentos da fiscalização de obras públicas O Tribunal					3						3			2				2

	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários ( TC )	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017
25.1.1	Possui unidade específica de fiscalização de obras	Ato normativo que institui unidade específica	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: seis critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SOE	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Auditoria e análise apresentada à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim					Sim	
25.1.2	Dispõe de quadro de pessoal próprio, majoritariamente com formação em engenharia e arquitetura e com capacitação especializada em auditoria de obras e serviços de engenharia	Comprovação da lotação, formação e capacitação		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
25.1.3	Possui manual e procedimentos de auditoria de obras públicas com ênfase nos princípios gerais, no planejamento, na execução da auditoria e na elaboração de relatórios, com base em matrizes de planejamento, de procedimentos, de achados e de responsabilização, bem como no acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	Manuais e procedimentos de auditoria de obras públicas		SOE	Não		consultando o público		Não		Não		Não					Não	
25.1.4	Utiliza sistema informatizado para recebimento de informações de obras e serviços de engenharia dos jurisdicionados	Sistema informatizado		SOE	Não		Já em implementação por meio de módulo específico no SIGOP		Não		Não		Não					Não	
25.1.5	Atua de forma concomitante na fiscalização das fases do planejamento e execução das obras e serviços de engenharia	Processos de fiscalização		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.1.6	Aviava a qualificação das estruturas técnicas da administração pública, incluindo a disponibilidade de pessoal e equipamentos para a fiscalização da execução de obras e serviços de engenharia	Processos de fiscalização		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.1.7	Fiscaliza as obras e os serviços de engenharia levando em consideração os critérios de relevância, materialidade e risco, respaldados em técnicas e procedimentos de auditoria (NACIS, NIBASP, Normas da Intesol ou outros que visem a substituí-los)	Processos de fiscalização		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim			Não	Acusaram de aprovar medidas normativas definindo os critérios de			Não	
25.1.8	Disponibiliza aos auditores equipamentos mínimos (tais como: trena comum, trena digital, máquina fotográfica com GPS, ultrassom, reflexor/refletômetro, e/ou outros equipamentos especiais) para a realização de ensaios e testes durante a auditoria	Relação dos equipamentos disponibilizados para auditoria de obras		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.1.9	Disponibiliza <b>hardware</b> e programas computacionais necessários e apropriados para a auditoria de obras	Declaração do chefe da unidade de fiscalização de obras sobre a suficiência. Apresentar relação dos hardware e softwares disponibilizados para as equipes de auditoria de obras		SOE	Não		Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção ou não da prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
25.2	Fiscalização das licitações de obras públicas O Tribunal avalia:					4						4		3					3
25.2.1	Se o empreendimento foi planejado de forma adequada, desde os estudos de viabilidade até a contratação, e se está fundamentado em um Programa de Necessidades, observando a prioridade do empreendimento	Documentação de auditoria	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Não	necessidades não é observado.				Não	
25.2.2	A consistência e a atualidade do anteprojeto, do projeto básico, do projeto executivo ou do projeto completo e de desapropriação, conforme o caso, e do orçamento	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.2.3	A origem e a economicidade dos preços praticados, se com base em planilhas referenciais ou compostos por metodologia apropriada, incluindo a composição do BDI – Benefício e Despesas Indiretas e a Lei Social	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.2.4	A prática do "jogo de cronograma" e do "jogo de planilha"	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.2.5	A regularidade do edital, da minuta de contrato e dos demais atos do procedimento licitatório	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.2.6	A competitividade da licitação	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.2.7	A necessidade e a regularidade do licenciamento ambiental, se for o caso	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3	Auditoria de execução de obras públicas O Tribunal avalia:					4						4		4					4
25.3.1	A adequação da execução da obra ou do serviço de engenharia em relação aos controles necessários (registros, comunicações, diário de obra, laudos, medições, justificativas, revisões de projetos, confecção do "as built" (como construído), controle de prazos, entrega da obra e outros)	Processo de fiscalização de obras e serviços de engenharia	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
25.3.2	A formalização das responsabilidades técnicas (ART ou RRT) dos profissionais, referentes a cada função	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.3	A habilitação e a capacitação dos responsáveis pela fiscalização das obras e serviços de engenharia, compatíveis com as características do objeto	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.4	O cumprimento dos cronogramas e das etapas de execução do empreendimento	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.5	A adequação dos quantitativos dos serviços contratados e pagos por meio de medições e de memoriais de cálculo	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.6	Se há a prática de superfaturamento	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.7	A pertinência da execução dos serviços, em observância às especificações técnicas, memoriais descritivos e normas técnicas pertinentes	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.3.8	A adequação quantitativa e qualitativa dos termos aditivos aos parâmetros da legislação pertinente	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.4	Auditoria de qualidade das obras públicas O Tribunal avalia:					4						4		4					4
25.4.1	A deterioração (perda de solidez ou de segurança) de empreendimentos que se encontram dentro da garantia ou dentro da vida útil estabelecida pela lei, pelo contrato ou em norma própria	Documentação de auditoria	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: Quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: Três critérios são cumpridos Pontuação = 1: Dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: Menos de dois critérios são cumpridos	SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim	
25.4.2	Se, durante o prazo de garantia, os gestores públicos adotam as medidas para corrigir a ocorrência dos problemas verificados nas obras públicas	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.4.3	Se a Administração Pública adota os controles, por meio de profissionais habilitados, sobre o desempenho das obras realizadas, até o término da garantia estabelecida ou da vida útil definida	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.4.4	Se são instaurados os competentes processos administrativo e judicial, para a apuração de responsabilidades e ressarcimento à Administração Pública	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
25.4.5	Se a Administração Pública mantém adequadamente arquivos de documentos necessários ao acompanhamento e providências relativas à qualidade do empreendimento	Documentação de auditoria		SOE	Sim		Vida comentário no item 25.1.1		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
QATO- 26	FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO					0						0		0			Sem Equivalência 2015		0
Item	Dimensões a serem avaliadas					0						0		0					0
26.1	Planejamento da fiscalização O Tribunal:					0						0		0					0
26.1.1	Estabelece, em seu plano estratégico, que o controle externo da aplicação de recursos públicos destinados à educação deve ser priorizado no plano anual de fiscalização, especialmente quanto à verificação do cumprimento tempestivo das metas e estratégias fixadas no PNE	Plano Estratégico do TC	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: seis critérios são cumpridos Pontuação = 1: três critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	SOE	Não		Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção ou não da prática.		Não		Não		Não					Não	
26.1.2	Elabora plano anual de fiscalização específico para a área de educação, detalhando as ações a serem desenvolvidas, as metas, as estratégias e os indicadores de resultado	Plano anual de fiscalização específico da educação		SOE	Não		Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção ou não da prática.		Não		Não		Não					Não	
26.1.3	Considera, como critério para a seleção dos jurisdicionados a serem fiscalizados, o risco de não atingimento das metas e estratégias educacionais nos termos e prazos definidos legalmente	Matriz de risco de planejamento da fiscalização		SOE	Não		Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção ou não da prática.		Não		Não		Não					Não	
26.1.4	Capacita seus servidores, de forma continuada, para a operacionalização do plano anual de fiscalização da área de educação	Plano de capacitação		SOE	Não		Realizando estudo de viabilidade para decidir pela adoção ou não da prática.		Não		Não		Não					Não	
26.1.5	Dispõe de ferramentas eletrônicas que viabilizam o acompanhamento das despesas e a análise de dados oficiais ou de caráter público da educação	Ferramentas eletrônicas		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.1.6	Promove levantamentos periódicos acerca da qualidade e demais indicadores educacionais, bem como dos dados sobre a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados à educação, para subsidiar o planejamento de sua atuação	Relatório de acompanhamento dos dados da execução orçamentária e financeira e dos indicadores educacionais		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.1.7	Divulga os resultados das suas fiscalizações relacionadas ao PNE em publicações especializadas e/ou na internet	Site ou publicações.		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.1.8	Utiliza ferramentas de TI que permitem ao cidadão acompanhar, pela internet, os gastos com educação, as ações e programas de governo, bem como os resultados das metas e estratégias do PNE	Site		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.1.9	Inclui a temática educação em tópico específico do relatório das contas anuais de Governo, com análise comparativa dos gastos e dos resultados efetivos (a exemplo da qualidade do ensino – Iqeb – e dos serviços – alimentação escolar, estrutura física, transporte escolar)	Relatório de contas de governo		SOE	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Auditoria e análise apresentada à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
26.1.10	Desenvolve ações de controle para assegurar o funcionamento regular e autônomo dos conselhos de acompanhamento e controle social da área de educação	Comprovação de atuação no fomento ao controle social da educação por conselhos. Processo de fiscalização	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não					Não	
26.1.11	Promove encontro nas escolas, estímulo e controle social e formação cidadã dos alunos, professores e pais de alunos, fomenta a colaboração das comunidades escolares para que sejam parceiros no processo de melhoria do ensino e físicos da boa gestão	Comprovação de atuação nas escolas ou campanhas para o fomento da participação no controle social		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.1.12	Fomenta encontros de formação técnica destinados a membros de Conselhos de Educação e do Fundeb e a gestores escolares visando a melhoria dos gastos e da prestação de contas dos recursos transferidos às escolas	Comprovação da capacitação ou encontro técnico voltado para membros do conselho ou gestores escolares		SOE	Sim		Vida comentário no item 26.1.9		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
26.2	Fiscalização orçamentária e financeira dos recursos da educação. O Tribunal:					2						2		2					2
26.2.1	Examina os planos de educação, o plano plurianual, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias anuais, com a finalidade de verificar se estão sendo consignadas dotações orçamentárias que permitam executar as metas e estratégias da educação	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não					Não	
26.2.2	Fiscaliza o cumprimento, pelos jurisdicionados, dos percentuais de gastos mínimos com ensino previstos na Constituição Federal	Processo de fiscalização ou processo de contas de governo		SOE	Sim		Vida comentário no item 26.1.9		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
26.2.3	Fiscaliza a observância, pelos jurisdicionados, das normas relativas ao Fundeb e ao salário-educação, especialmente as relativas a vinculações de gastos	Processo de fiscalização ou processo de contas de governo		SOE	Sim		Vida comentário no item 26.1.9		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
26.2.4	Fiscaliza as transferências constitucionais e voluntárias da União e dos Estados aos Municípios	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não	
26.2.5	Fiscaliza licitações e contratos relativos à educação especialmente quanto à vinculação a sua finalidade	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOE	Sim		Vida comentário no item 26.1.9		Sim		Sim		Sim		Sim			Sim	
26.3	Fiscalização operacional e programática dos recursos da educação O Tribunal:					0						0		0					0
26.3.1	Realiza pelo menos uma auditoria operacional na área de educação nos últimos dois anos	Relatório de auditoria operacional na área de educação	SOE	Não		Preparando as condições para executar a prática.		Não		Não		Não		Não			Não		

Itens	Critérios de avaliação	Orientações para evidenciação	Critérios de pontuação	Unid. Responsável	O TC atende? (Sim ou Não)	Pontuação	Evidências	Justificativas ou comentários (TC)	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou Não)	Justificativa (caso não acatadas)	Resultado Pós Controle de qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação pós controle de qualidade	Resultado da avaliação ATBICON (Atende?)	Justificativa	Pontuação final 2017	Pontuação da avaliação 2015	Equivalências	Resultado Pós Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou não)	Pontuação final 2017		
26.3.2	Fiscaliza, de modo sistemático e periódico, os principais programas afetos à infraestrutura e aos recursos pedagógicos, dentre aqueles relacionados na Diretriz 11 da Resolução Atbicon 3/2015	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: seis critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.3.3	Exerce o controle preventivo e concomitante dos recursos da educação, abrangendo o acompanhamento e o monitoramento do cumprimento das metas e estratégias parciais e finais dos planos de educação	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.3.4	Expede alertas regularmente aos jurisdicionados em risco de não alcance das metas previstas nos planos de educação	Decisões do TC		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.3.5	Fiscaliza e exige a correta e tempestiva alimentação das informações no SIOPE pelos jurisdicionados	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.3.6	Operacionaliza regularmente o sistema para validação automática de dados constante do SIOPE – Módulo Controle Externo (MCE)	SIOPE		SOT	NA/SC			Conforme orientação da Atbicon		NA/SC		NA/SC		NA/SC				NA/SC			
26.3.7	Fiscaliza os atos de admissão de pessoal, sobretudo as admissões temporárias, à luz da estratégia 18.1 do PME.			SOT	Não			Realizando visitas de visitação para obter o acesso ao site da prática.	Não		Não		Não					Não			
26.3.8	Formaliza, quando necessário, termos de ajustamento de gestão ou instrumento similar com os jurisdicionados, visando o acesso à educação básica obrigatória com o padrão mínimo de qualidade previsto na Constituição Federal	Termo de ajustamento de gestão ou instrumento similar		SOT	Não			Formalizando a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4	Fiscalização dos Planos de Educação O Tribunal:						0						0			0				0	
26.4.1	Desenvolve ações destinadas a promover a elaboração dos planos de educação pelos jurisdicionados	Documento que comprove a realização das ações (reunidos, palestras, etc)	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: três critérios são cumpridos Pontuação = 1: um critério é cumprido Pontuação = 0: nenhum critério é cumprido	SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.2	Fiscaliza a execução dos planos de educação, de modo a zelar pelo cumprimento das metas e estratégias fixadas	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.3	Acompanha a Instituição o o funcionamento das instâncias colegiadas previstas no PME	Documento que comprove a realização do acompanhamento		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.4	Fiscaliza a garantia do direito à educação básica, especialmente quanto ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.5	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada à valorização dos profissionais de educação	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.6	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada ao acesso e à qualidade do ensino superior	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
26.4.7	Fiscaliza as ações relacionadas à meta voltada à efetivação da gestão democrática da educação	Processos de fiscalização resultantes da análise de risco		SOT	Não			Preparando as condições para executar a prática.	Não		Não		Não					Não			
DOMÍNIO II: COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL																					
QATC-27	COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA, COM OS CIDADÃOS E COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL					3						3			3	3	QATC26/2015		3		
Item	Dimensões a serem avaliadas																				
27.1	Comunicação com a mídia O Tribunal:					4						4			3	4	26.1/2015		3		
27.1.1	Emite comunicados à imprensa juntamente com os resultados das principais decisões	Comunicados emitidos	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: Quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: Um critério é cumprido Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	CCS	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Atuação e análise apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim				Sim		Sim		
27.1.2	Usa os meios apropriados para disseminar relatórios de auditoria e resumos desses relatórios	Documentação comprobatória da divulgação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.1.3	Faz análise de conteúdo para determinar como ele é descrito pela mídia	Entrevista com os responsáveis pela comunicação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.1.4	Estabelece um plano de comunicação com a mídia, o qual é acompanhado periodicamente e avaliado por meio da utilização de indicadores de desempenho	Plano de comunicação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Não	O direcionamento do plano de ação está mais voltado.				Sim		Não	
27.1.5	Possui área de comunicação social para contato com a mídia			GA	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.2	Comunicação com os cidadãos e as organizações da sociedade civil O Tribunal:						4						4			4	3	26.2/2015		4	
27.2.1	Incentiva o acesso dos cidadãos à informação sobre as contas públicas	Apresentar amostra de material de comunicação que incentive o interesse pelas contas públicas	Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: Quatro critérios são cumpridos Pontuação = 2: Dois critérios são cumpridos Pontuação = 1: Um critério é cumprido Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim				Sim		Sim		
27.2.2	Incentiva os cidadãos a participar do processo de fiscalização, oferecendo mecanismos para a apresentação e acompanhamento de demandas	Amostra de material de comunicação que incentive o uso de mecanismos de apresentação de demandas		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.2.3	Faz uso adequado das mídias on-line (página da rede institucional, boletim por e-mail, redes sociais etc)	Endereços eletrônicos das mídias		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.2.4	Participa ativamente de debates públicos sobre assuntos pertinentes, como boa governança, Gestão de Finanças Públicas e combate à corrupção	Documentação comprobatória da participação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Não		Sim	
27.2.5	Publica resumos dos seus principais relatórios de auditoria, tanto escritos como em outros formatos ou valeu-se de outros tipos de comunicação para tornar mais fácil para os cidadãos compreenderem os principais achados de auditoria	Resumos publicados		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3	Estruturação da Área de comunicação social e Política de Comunicação A Unidade de comunicação social:						4						4			3	3	26.3/2015		3	
27.3.1	Possui estrutura física própria		Pontuação = 4: dez critérios são cumpridos Pontuação = 3: oito critérios são cumpridos Pontuação = 2: seis critérios são cumpridos Pontuação = 1: três critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de três critérios são cumpridos	CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim				Sim		Sim		
27.3.2	Possui estrutura de pessoal própria	Documentação de lotação de pessoal		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.3	O pessoal da comunicação social recebe capacitação permanente, inclusive sobre assuntos afetos ao controle externo	Plano de capacitação ou documentação que comprove a capacitação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Não		Sim	
27.3.4	Possui suas atribuições definidas em instrumento normativo	Ato normativo contendo as atribuições		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.5	É diretamente subordinada à Presidência do Tribunal de Contas	Ato normativo ou organograma		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.6	É dotada de recursos materiais e tecnológicos adequados	Espaço próprio, móveis e equipamentos disponíveis no setor e/ou entretidos com os servidores		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.7	Tem Política e Plano de Comunicação	Política e plano de comunicação		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.8	Conta com Comitê para a avaliação permanente da execução do Plano de Comunicação	Ato de designação do Comitê		CCS	Não		Não há comitê designado para tal.		Não		Não		Não					Não		Não	
27.3.9	Prioriza, na produção de conteúdo, as deliberações e as atividades de fiscalização que impactem em impacto social ou necessidade de dar conhecimento à sociedade	Amostra de material de comunicação produzido		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.3.10	Observa, na produção de conteúdo para divulgação, a materialidade, relevância, risco e urgência das deliberações e das ações de fiscalização	Amostra de material de comunicação produzido		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim		Não	Não há ainda critérios objetivos para seleção da relevância.		sim		Não	
27.3.11	Realiza sondagens periódicas junto aos públicos interno e externo para avaliar a efetividade da divulgação de informações	Sondagens realizadas (pelo menos uma) do exercício de 2015 em diante		CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					sim		Sim	
27.4	Divulgação das decisões na página do Tribunal de Contas na Internet O Tribunal:					2						2			2	2	26.4/2015		2		
27.4.1	Divulga em sua página ementas ou acórdãos de todas as decisões previstas na Resolução da Atbicon 06/2014		Pontuação = 4: Todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: Cinco critérios são cumpridos Pontuação = 2: Três critérios são cumpridos Pontuação = 1: Um critério é cumprido Pontuação = 0: Nenhum critério é cumprido	CCS	Não		A CCS é um setor que trabalha sob demanda e não tem estrutura para manter a página e a atualização de todas as decisões. Neste caso, até o momento, não houve demanda para a publicação.		Não		Não		Não				Sim		Não		
27.4.2	Adota o Diário Oficial Eletrônico			GA	Não		O Tribunal implementa em seu portal eletrônico a nova funcionalidade de consulta processual com acesso a todos os documentos que integram os autos.		Não		Não		Não					Sim		Não	
27.4.3	Institui espaço de destaque na página inicial do site para inserção das últimas decisões ou criou link, denominado Decisões do TC, remetendo à totalidade dos julgamentos			CCS	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
27.4.4	Inclui, nas publicações das ementas ou acórdãos disponibilizados no site, links para os respectivos processos, conteúdo, no máximo, o voto condutor da decisão, o parecer ministerial e o relatório técnico			DOIGAP	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Não		Sim	
27.4.5	Cria na página do Tribunal link de destaque para acesso às páginas de julgamento do Pleno e Câmaras			CCS/DOIGAP	Não		O projeto de divulgação antecipada das páginas encontra-se em fase de elaboração. Previsto - 2. semestre/2017		Não		Não		Não					Não		Não	
27.4.6	Possui mecanismos de aferição da divulgação das suas decisões na página da Internet	Documentação ou mecanismos comprobatórios da aferição		GA	Não		Nenhuma ação prevista.		Não		Não		Não					Não		Não	
27.4.7	Transmite as sessões, ao vivo, pela Internet ou outros meios de comunicação, e disponibiliza os respectivos arquivos em vídeo			CCS/DOIGAP	Sim		Vide comentário no item 27.1.1		Sim		Sim		Sim					Não		Sim	
QATC-28	OUVIDORIA					3						3			3	2	QATC27/2015		3		
Item	Dimensões a serem avaliadas																				
28.1	Estrutura da Ouvidoria O Ouvidor do Tribunal:					3						3			3	4	27.1/2015		3		
28.1.1	Está na estrutura organizacional, vinculada à Presidência	Ato normativo e/ou organograma	Pontuação = 4: todos os critérios são cumpridos Pontuação = 3: sete critérios são cumpridos Pontuação = 2: quatro critérios são cumpridos Pontuação = 1: dois critérios são cumpridos Pontuação = 0: menos de dois critérios são cumpridos	GA / OUV	Sim		A(s) evidência(s) encontrada(m) se em poder desta Comissão de Atuação e análise apresentada(s) à Comissão de Garantia de Qualidade por ocasião da visita técnica.		Sim		Sim		Sim				Sim		Sim		
28.1.2	Tem o Ouvidor designado pelo presidente do Tribunal, após deliberação do Pleno, dentre ministros ou conselheiros, ministros ou conselheiros substitutos e servidores efetivos	Ato de designação do ouvidor, comprovando as exigências do item		GA	Sim		Vide comentário no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
28.1.3	Possui suas atribuições definidas em instrumento normativo aprovado pelo Colegiado (atribuições da unidade e não somente do Ouvidor).	Ato normativo definindo atribuições		GA / OUV	Sim		Vide comentário no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
28.1.4	Possui estrutura física própria (distinta do Gabinete do Ouvidor), de fácil acesso ao público externo			GA / OUV	Sim		Vide comentário no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
28.1.5	Possui estrutura de pessoal própria, preferencialmente integrada por servidores efetivos	Comprovação da lotação de pessoal na unidade		OUV	Não		É necessária a aprovação do presidente do Tribunal de Contas para a criação de novas vagas. Atualmente, a área de estudo é a implementação desta estrutura.		Não		Não		Não					Sim		Não	
28.1.6	Dispõe de espaço próprio na Internet e na Intranet para atendimento e divulgação de informações e resultados			OUV	Sim		Vide comentário no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	
28.1.7	Contempla, no planejamento estratégico, iniciativas de controle social e transparência, tornando a Ouvidoria efetivo canal de comunicação com a sociedade	Planejamento estratégico contendo as iniciativas		OUV	Sim		Vide comentário no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim					Sim		Sim	



Item	Crterios de avaliao	Orientaes para evidenciao	Crterios de pontuao	Unid. Responsvel	O TC atende? (Sim ou No)	Pontuao	Evidncias	Justificativas ou comentrios ( TC )	Resultado do Controle de Qualidade (Atende? Sim ou No)	Justificativa (caso no acatadas)	Resultado Pos Controle de qualidade (Atende? Sim ou no)	Pontuao ps controle de qualidade	Resultad o da avaliao ATRICON (Atende?)	Justificativa	Pontuao final 2017	Pontuao da avaliao 2015	Equivalencias	Resultado Pos Garantia de Qualidade (Atende? Sim ou no)	Pontuao final 2017
28.1.8	Possui plano de ao elaborado pela Ouvidoria a partir dos objetivos estratgicos do Tribunal relacionados ao controle social e a transparncia	Plano de ao		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
28.2	Atividade da Ouvidoria e Ouvidoria do Tribunal					3						3			3	1	27.2/2015		3
28.2.1	Define metas e indicadores de desempenho quanto a prazo de atendimento das demandas	Documentao comprobatria da definio das metas e indicadores contidas no item	Pontuao = 4: todos os critrios so cumpridos Pontuao = 3: seis critrios so cumpridos Pontuao = 2: quatro critrios so cumpridos Pontuao = 1: dois critrios so cumpridos Pontuao = 0: menos de dois critrios so cumpridos	OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			No		Sim	
28.2.2	Define metas e indicadores de desempenho quanto a satisfao do usurio	Documentao comprobatria da definio das metas e indicadores contidas no item		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			No		Sim	
28.2.3	Define metas e indicadores de desempenho quanto a atuao em eventos de estmulo ao controle social e a transparncia	Documentao comprobatria da definio das metas e indicadores contidas no item		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			No		Sim	
28.2.4	Define metas e indicadores de desempenho quanto a quantidade de pessoas capacitadas nos eventos de estmulo ao controle social e transparncia	Documentao comprobatria da definio das metas e indicadores contidas no item		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			No		Sim	
28.2.5	Possui manual de rotinas internas contendo, no mnimo, conceitos, princpios, canais de comunicao, classificao das demandas quanto a natureza, procedimentos para atendimento com prazo de resposta, procedimentos para elaborao de relatrios estatsticos, procedimentos de elaborao de relatrios analticos, com proposio de melhorias	Manual contendo os requisitos previstos no item		OUV	No			em elaborao com prazo at 01/10/2015.	No		No		No			No		No	
28.2.6	Promove sensibilizao interna sobre a importncia da comunicao e da cultura da transparncia	Documentao comprobatria do cumprimento do item		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	
28.2.7	Elabora Carta de Servios ao Cidado	Carta ou documento similar		OUV	No			revisto na programao de 2016.	No		No		No			No		No	
28.2.8	Cumpre as determinaes da Lei de Acesso a Informao (Lei n 12.527/2011), ofertando a sociedade informaes e dados sobre a gesto do Tribunal em busca da efetivao da transparncia e do direito de acesso a informao	Link especfico na pgina do Tribunal cumprindo as exigncias da LAI		OUV	Sim		Vida comentrio no item 28.1.1		Sim		Sim		Sim			Sim		Sim	

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015-2017
DOMÍNIO A: INDEPENDÊNCIA E MARCO LEGAL		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC 1</b>	<b>COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TCs.</b>	3	3	→
1.1	Quanto aos Ministros e Conselheiros	3	3	→
1.2	Quanto aos Ministros e Conselheiros Substitutos	1	2	↑
1.3	Quanto ao Ministério Público de Contas	4	4	→
DOMÍNIO B: ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-2</b>	<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>	3	3	→
2.1	Estrutura da unidade de planejamento estratégico	4	4	→
2.2	Conteúdo do planejamento estratégico	3	3	→
2.3	Processo de planejamento estratégico.	4	4	→
2.4	Processo de planejamento atual.	0	3	↑
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-3</b>	<b>CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS E SERVIDORES</b>	0	0	→
3.1	Código de ética para membros.	NA	0	
3.2	Código de Ética para os servidores.	0	0	→
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC- 4</b>	<b>SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA</b>	1	0	↓
4.1	Diretrizes gerais.	0	0	→

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 avaliação	Tendência 2015- 2017
4.2	Súmulas.	0	0	→
4.3	Jurisprudência.	2	1	↓
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC- 5	CORREGEDORIA	0	0	→
5.1	Estrutura da Corregedoria.	0	1	↑
5.2	Atividades da Corregedoria.	0	0	→
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC- 6	CONTROLE INTERNO	2	2	→
6.1	Controle Interno dos Tribunais de Contas.	1	0	↓
6.2	Unidade de Controle Interno dos Tribunais de Contas	3	4	↑
6.3	Atividades de controle interno dos Tribunais de Contas	2	3	↑
6.4	Controle interno dos jurisdicionados	1	2	↑
DOMÍNIO C: ESTRUTURA E GESTÃO DE APOIO		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC- 7	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2	2	→
7.1	Estrutura de Tecnologia da Informação.	4	4	→
7.2	Política de Tecnologia da Informação.	0	1	↑
DOMÍNIO D: RECURSOS HUMANOS E LIDERANÇA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-8	GESTÃO DE PESSOAS	2	2	→

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 avaliação	Tendência 2015- 2017
8.1	Plano de cargos, carreiras e salários	3	2	↓
8.2	Política de saúde e qualidade de vida no trabalho	2	3	↑
8.3	Recrutamento, lotação e liderança	2	1	↓
8.4	Liderança, avaliação de desempenho e valorização dos servidores	3	1	↓
DOMÍNIO D: RECURSOS HUMANOS E LIDERANÇA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-9	ESCOLA DE CONTAS	3	4	↑
9.1	Estrutura da Escola de Contas	4	4	→
9.2	Planos de Capacitação	3	4	↑
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-10	AGILIDADE NO JULGAMENTO DE PROCESSOS E GERENCIAMENTO DE PRAZOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS.	2	2	→
10.1	Prazos para apreciação de processos (julgamento, emissão de parecer, registro etc.).	1	1	→
10.2	Medidas para racionalizar a geração de processos (antes da autuação)	4	4	→
10.3	Medidas para assegurar maior celeridade à tramitação de processos (após a autuação)	2	1	↓
10.4	Medidas para eliminar ou reduzir o estoque de processos e gerenciar os prazos	3	3	→
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-11	CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE	2	2	→
11.1	Marco legal do controle concomitante	3	3	→
11.2	Planejamento e execução do controle concomitante	3	3	→









Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 avaliação	Tendência 2015-2017
11.3	Termos de Ajuste de Gestão e Medidas Cautelares	2	2	→
11.4	Controle concomitante das licitações, contratos, convênios, obras e atos de pessoal	1	1	→
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-12	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO	2	3	↑
12.1	Marco Legal da unidade de informações estratégicas.	4	4	→
12.2	Infraestrutura da unidade de informações estratégicas.	4	3	↓
12.3	Competências da unidade de informações estratégicas.	0	3	↑
12.4	Cooperação Interinstitucional	2	3	↑
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-13	ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES	3	3	→
13.1	Estrutura de acompanhamento das decisões.	4	4	→
13.2	Processos de acompanhamento da aplicação de multas, imputação de débitos, determinações e recomendações	3	2	↓
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC- 14	DESENVOLVIMENTO LOCAL	1	0	↓
14.1	Marco legal	2	1	↓
14.2	Implementação da Norma	1	0	↓
DOMÍNIO E: CELERIDADE E TEMPESTIVIDADE		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
QATC-15	ORDEM NOS PAGAMENTOS PÚBLICOS	1	1	→



Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 Avaliação	Tendência 2015- 2017
15.1	Marco legal.	2	1	↓
15.2	Implementação da Norma	0	1	↑
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-16</b>	<b>PLANO DE AUDITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE</b>	2	2	→
16.1	Plano de Auditoria.	3	3	→
16.2	Controle e Garantia da Qualidade.	1	1	→
16.3	Ética e independência das equipes de auditoria de conformidade.	2	1	↓
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-17</b>	<b>FUNDAMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE</b>	2	3	↑
17.1	Normas e orientações da auditoria de conformidade	1	4	↑
17.2	Controle de qualidade na auditoria de conformidade	3	3	→
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-18</b>	<b>PROCESSO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE</b>	3	2	↓
18.1	Planejamento de auditorias de conformidade	2	2	→
18.2	Execução de auditoria de conformidade	3	3	→
18.3	Avaliação das evidências de auditoria, conclusão e relatório de auditoria de conformidade	3	2	↓
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-19</b>	<b>FUNDAMENTOS DA AUDITORIA OPERACIONAL</b>	3	3	→

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 avaliação	Tendência 2015- 2017
19.1	Normas e orientações da auditoria operacional	4	4	→
19.2	Controle de qualidade na auditoria operacional	3	2	↓
19.3	Gestão e qualificações da equipe de auditoria operacional	4	3	↓
DOMÍNIO F: NORMAS E METODOLOGIA DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-20</b>	<b>PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL</b>	4	4	→
20.1	Planejamento de auditoria operacional	4	3	↓
20.2	Execução de auditoria operacional	4	4	→
20.3	Relatórios de auditoria operacional	4	4	→
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-21</b>	<b>RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONFORMIDADE</b>	2	1	↓
21.1	Abrangência da auditoria de conformidade	4	0	↓
21.2	Apresentação dos resultados	2	0	↓
21.3	Publicação e disseminação dos resultados	0	0	→
21.4	Acompanhamento, pelo TC, da implementação das determinações e recomendações	4	3	↓
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-22</b>	<b>RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL</b>	3	3	→
22.1	Abrangência e escopo da auditoria operacional	4	4	→
22.2	Apreciação, publicação e disseminação dos resultados	2	3	↑

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017 avaliação	Tendência 2015- 2017
22.3	Acompanhamento da implementação das determinações e recomendações	3	2	↓
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC 23</b>	<b>AUDITORIA FINANCEIRA</b>	0	0	→
23.1	Fundamentos da auditoria financeira	0	0	→
23.2	Processo de auditoria financeira	0	0	→
23.3	Resultados de auditoria financeira	0	0	→
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-24</b>	<b>AUDITORIAS COM TEMAS ESPECÍFICOS</b>	4	2	↓
24.1	Auditoria de receita e da renúncia de receita públicas	NOVO	3	
24.2	Auditoria de Concessão Pública.	4	3	↓
24.3	Auditoria de Tecnologia da Informação	4	3	↓
24.4	Auditoria de meio ambiente	4	0	↓
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-25</b>	<b>FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS</b>	NOVO	3	
25.1	Organização e fundamentos da auditoria de obras públicas	NOVO	2	
25.2	Fiscalização das licitações de obras públicas	NOVO	3	
25.3	Auditoria de execução de obras públicas	NOVO	4	
25.4	Auditoria de qualidade das obras públicas	NOVO	4	

Marco de Medição de Desempenho Evolução no TCE-RJ		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015-2017
DOMÍNIO G: RESULTADOS (RELATÓRIO) DE AUDITORIA		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-26</b>	<b>FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO</b>	<b>NOVO</b>	<b>0</b>	
26.1	Planejamento da fiscalização	NOVO	0	
26.2	Fiscalização orçamentária e financeira dos recursos da educação	NOVO	2	
26.3	Fiscalização operacional e programática dos recursos da educação	NOVO	0	
26.4	Fiscalização dos Planos de Educação	NOVO	0	
DOMÍNIO H: COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-27</b>	<b>COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA, COM OS CIDADÃOS E COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	
27.1	Comunicação com a mídia	4	3	
27.2	Comunicação com os cidadãos e as organizações da sociedade civil	3	4	
27.3	Estruturação da Área de comunicação social e Política de Comunicação	3	3	
27.4	Divulgação das decisões na página do Tribunal de Contas na Internet	2	2	
DOMÍNIO H: COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL		Pontuação 2015	Pontuação 2017	Tendência 2015 / 2017
<b>QATC-28</b>	<b>OUVIDORIA</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	
28.1	Estrutura da Ouvidoria	4	3	
28.2	Atividades da Ouvidoria	1	3	

# Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

## Demonstrativo dos Resultados do Marco de Medição do Desempenho

APURAÇÃO DOS RESULTADOS MMD 2015/2017					
NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DO TCE-RJ		AVALIAÇÃO 2015 (Pós garantia de qualidade)		AVALIAÇÃO 2017 (Pós Garantia de Qualidade)	
		Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
4 - Nível Gerenciado (de excelência)	4	2	7%	2	7%
3 - Nível Estabelecido (atuação satisfatória)	3	8	29%	10	36%
2 - Nível de Desenvolvimento (mecanismos de fiscalização com)	2	10	36%	8	29%
1 - Nível de Base (mecanismos de fiscalização)	1	3	11%	2	7%
0 - Não existe ou não funciona	0	3	11%	6	21%
Não avaliado		2	7%	0	0%
Total		28	100%	28	100%



## MMD / TCE-RJ

### Evolução dos Indicadores do Marco de Medição de Desempenho

INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	2015 (Pós Garantia de Qualidade)	2017 (Pós Garantia de Qualidade)
QATC-1	COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TC's	3	3
QATC-2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3	3
QATC-3	CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS E SERVIDORES	0	0
QATC-4	SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA	1	0
QATC-5	CORREGEDORIA	0	0
QATC-6	CONTROLE INTERNO	2	2
QATC-7	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2	2
QATC-8	GESTÃO DE PESSOAS	2	2
QATC-9	ESCOLA DE CONTAS	3	4
QATC-10	AGILIDADE NO JULGAMENTO DE PROCESSOS E GERENCIAMENTO DE PRAZOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	2	2
QATC-11	CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE	2	2
QATC-12	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO	2	3
QATC-13	ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES	3	3
QATC-14	DESENVOLVIMENTO LOCAL	1	0
QATC-15	ORDEM NOS PAGAMENTOS PÚBLICOS	1	1
QATC-16	PLANO DE AUDITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE	2	2
QATC-17	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE	2	3
QATC-18	PROCESSO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE	3	2
QATC-19	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA OPERACIONAL	3	3
QATC-20	PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL	4	4
QATC-21	RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONFORMIDADE	2	1
QATC-22	RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL	3	3
QATC-23	AUDITORIA FINANCEIRA	0	0
QATC-24	AUDITORIAS COM TEMAS ESPECÍFICOS	4	2
QATC-25	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	não avaliado	3
QATC-26	FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	não avaliado	0
QATC-27	COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA, COM OS CIDADÃOS E COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	3	3
QATC-28	OUVIDORIA	2	3

# MMD-TC QATC

## Avaliação da Qualidade e Agilidade do Controle Externo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RJ  
MMD 2017  
QATC 2015

### RESULTADO DA PESQUISA por INDICADOR

INDICADOR	DESCRIÇÃO DO INDICADOR	RESULTADO
QATC-1	COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TC's	3
QATC-2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	3
QATC-3	CÓDIGO DE ÉTICA PARA MEMBROS E SERVIDORES	0
QATC-4	SÚMULA E JURISPRUDÊNCIA	0
QATC-5	CORREGEDORIA	0
QATC-6	CONTROLE INTERNO	2
QATC-7	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2
QATC-8	GESTÃO DE PESSOAS	2
QATC-9	ESCOLA DE CONTAS	4
QATC-10	AGILIDADE NO JULGAMENTO DE PROCESSOS E GERENCIAMENTO DE PRAZOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	2
QATC-11	CONTROLE EXTERNO CONCOMITANTE	2
QATC-12	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE EXTERNO	3
QATC-13	ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES	3
QATC-14	DESENVOLVIMENTO LOCAL	0
QATC-15	ORDEM NOS PAGAMENTOS PÚBLICOS	1
QATC-16	PLANEJAMENTO DE AUDITORIA E GESTÃO DA QUALIDADE	2
QATC-17	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA DE CONFORMIDADE	3
QATC-18	PROCESSO DE AUDITORIA DE CONFORMIDADE	2
QATC-19	FUNDAMENTOS DA AUDITORIA OPERACIONAL	3
QATC-20	PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL	4
QATC-21	RESULTADOS DAS AUDITORIAS DE CONFORMIDADE	1
QATC-22	RESULTADO DA AUDITORIA OPERACIONAL	3
QATC-23	AUDITORIA FINANCEIRA	0
QATC-24	AUDITORIAS COM TEMAS ESPECÍFICOS	2
QATC-25	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	3
QATC-26	FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	0
QATC-27	COMUNICAÇÃO COM A MÍDIA, COM OS CIDADÃOS E COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	3
QATC-28	OUVIDORIA	3
SOMA		56

## RESULTADO DOS INDICADORES MMD 2017 / TCE-RJ

